Ano XII nº 155 | Recife | Dezembro 2013

GARRA

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco

O ano em que os brasileiros foram às ruas

RETROSPECTIVA
Sindsep-PE cumpre seu papel em 2013

3 CARTA AO LEITOR ⏭ **Fernando Lima**

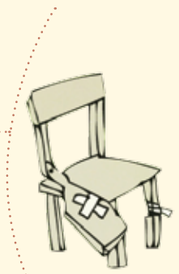
4 ENTREVISTA ⏭ **Maria Eduarda da Mota Rocha**

9 **A VOZ DAS RUAS**

- 10 Brasil vai às ruas
- 12 Ativismo em rede
- 13 Repressão e criminalização nos e dos protestos
- 15 Ruas esvaziadas de novo
- 16 A estratégia dos black blocs
- 17 A mea culpa dos movimentos sociais
- 18 Entrevista ⏭ **Maichel Zaidan**
- 23 Artigo ⏭ **Graça Oliveira**

25 **O SERVIÇO PÚBLICO**

- 26 Serviço público longe de ser ideal
- 27 Falta vontade política do poder público
- 28 Educação é um direito fundamental
- 30 Saúde não é mercadoria. É universal
- 33 Servidores públicos sem negociação coletiva
- 35 Entrevista ⏭ **Sérgio Goiana**
- 39 Artigo ⏭ **Antônio Augusto de Queiroz**



41 **O ESTADO BRASILEIRO**

- 42 A ausência do Estado e suas consequências
- 45 Ministério Público, um aliado do cidadão
- 46 Entrevista ⏭ **Tiago de Melo Gomes**
- 52 Artigo ⏭ **José Carlos Oliveira**

54 ENTREVISTA ⏭ **Wagner Freitas**

56 RETROSPECTIVA

67 HUMOR ⏭ **Samuca**

Expediente

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco

Rua João Fernandes Vieira, 67
Boa Vista – CEP 50.050-200
Recife – PE

Fone: **3131.6350**
Fax: **3423.7839**

Home:
www.sindsep-pe.com.br

e-mail:
sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenador Geral
Sérgio Goiana

Secretária Geral
Graça Oliveira

Diretoria de Imprensa
Fernando Antônio de Lima, Jemuel Nunes, Mª de Lourdes e Souto Maior Araujo

Jornalista Responsável e Edição
Fabíola Mendonça (DRT-2506)

Texto
Fabíola Mendonça (DRT-2506), **Deyse Lemos** (DRT 3909), **Alexandre Yuri** (DRT 2942) e **Pietra Valadares** (estagiária)

Colaboração
Rozana Maria da Conceição

Revisão
Mª de Lourdes Souto Maior Araujo

Fotos
Arquivo SINDSEP-PE, JC Mazella e Divulgação

Capa e Ilustrações
Samuca

Projeto gráfico e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
Fone: 9291.3273

Impressão **CCS**
Fone: 3458.0000

Tiragem
13.000 exemplares

Estado ausente, população insatisfeita

O ano de 2013 passou que nem um furacão. Uma metáfora para justificar a velocidade como correram esses 12 meses e o rebuliço que provocaram na sociedade. Não interessa se o motivo era a Copa das Confederações, insatisfação com os governos e contra a impunidade dos corruptos, se era por melhoria nos serviços públicos ou por conta do aumento da passagem de ônibus. O importante é que o povo estava lá. Deixou a passividade de lado e ocupou as ruas. As ruas que sempre foram dele.

"A praça é do povo como o céu é do condor", já dizia o poeta Castro Alves. A rua também. É lá que o povo tem que estar para gritar com todas as letras que não aceita mais tamanha injustiça social, que os serviços públicos sejam relegados a último plano. Muito menos que o Estado deixe de cumprir com o seu papel como instituição e garanta cidadania e dignidade à população.

Para refletir sobre esses aspectos e fazer uma avaliação desse cenário, o Sindsep-PE apresenta aos servidores federais e leitores em geral mais uma edição de sua revista de final de ano. Nossa equipe conversou com diversos pesquisadores para trazer informações críticas sobre os acontecimentos de 2013. Trazemos reportagens especiais e entrevistas com fontes especializadas no assunto.

A ideia de dialogar com os protestos ocorridos em 2013 nos fez levantar questionamentos também sobre o papel do Estado brasileiro e as (péssimas) condições do serviço público. Um serviço público pelo qual desde sempre lutamos, defendendo sua qualidade e gratuidade. Nunca concordamos com o que vemos hoje, um serviço público falido, sem investimento. Essa realidade só interessa ao capital, ao neoliberalismo, que aposta no "quanto pior melhor" para que esse serviço seja privatizado e o mercado financeiro se aproprie do público para benefício privado. E o Estado, o que faz? Nada. É inaceitável.
Por isso, ocupamos as ruas.

Dito isso, apresento ao leitor os três blocos que compõem nossa revista. Na primeira parte, abordamos a voz das ruas, os protestos que ocorreram em 2013 e os atores envolvidos. Na sequência, analisamos a realidade do serviço público, como está e qual o modelo ideal. Fechando a temática central, trazemos a reflexão sobre o papel do Estado brasileiro, qual sua função e como se comporta.

Antecedendo os três blocos, apresentamos uma entrevista com Maria Eduarda da Mota Rocha, doutora em Sociologia e professora da UFPE, uma verdadeira aula de história, sociologia e direitos humanos. Fechamos as matérias com outra entrevista, com o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, que faz uma avaliação dessa movimentação, a partir do olhar da classe trabalhadora.

Encerrando nossa edição de fim de ano do GARRA, não podemos deixar de trazer uma retrospectiva das ações do Sindsep-PE durante 2013. Já é uma praxe. O servidor vai relembrar os melhores momentos do ano, um estímulo para enfrentar a luta da categoria em 2014. Todo nosso esforço é no sentido de trazer cada vez mais informações, de forma crítica e atual, a nossos associados. Com isso, me despeço, desejando a todos um excelente 2014 e que comece o ano se aventurando na leitura de nossa revista.

Fernando Lima
Diretor de Imprensa
do Sindsep-PE

“**A História** prossegue sob o signo da **contradição**”

As insatisfações demonstradas nas ruas durante o ano de 2013 colocam em xeque o papel do Estado brasileiro e a fragilidade do serviço público, o qual não atende a demanda da sociedade. Para abrir a série de reportagens sobre esse cenário, o Sindsep-PE entrevistou Maria Eduarda da Mota Rocha, doutora em Sociologia e professora da UFPE. Ela faz uma avaliação dos protestos, da participação da sociedade e da mídia e se coloca otimista em relação ao Brasil, sempre chamando o Estado à responsabilidade para que cumpra o seu papel.

GARRA - O ano de 2013 foi marcado por um fenômeno que há muito não se via no Brasil: uma onda de manifestações com uma grande participação popular, com maior engajamento dos jovens. Como a senhora avalia esses episódios?

MARIA EDUARDA DA MOTA ROCHA - Antes de mais nada, é preciso destacar a grande heterogeneidade de demandas e bandeiras presentes nessas manifestações. Isso torna difícil e perigoso a atribuição de um único sentido global a elas. Mas, é possível analisar o contexto em que surgiram, tanto nacional quanto internacional. Em ambos os níveis, parece haver uma crescente percepção do quanto o atual modelo de desenvolvimento de coloração neoliberal favorece interesses privatistas, especialmente de grupos ligados ao capital financeiro. Como diz Perry Anderson, este modelo ganhou força como resposta à crise econômica global da década de 1970, mas não conseguiu recuperar o crescimento econômico nem o nível do emprego. Os jovens são os mais penalizados, em um momento de descrédito dos partidos e sindicatos. E são também os que mais utilizam as novas tecnologias de comunicação e informação. No Brasil, o cenário tem suas especificidades, porque as políticas neoliberais foram implantadas depois de um período de forte mobilização social, na redemocratização vivida nos anos de 1980. Essa contradição ganhou forma nos governos Lula, em que políticas econômicas de teor neoliberal conviveram com uma queda significativa na desigualdade social, alimentada pelo aumento do salário mínimo e pelas políticas sociais. Isso deu ao PT uma base de apoio popular muito importante e, talvez, por isso mesmo, o descontentamento de muitos com os efeitos de um crescimento econômico sem planejamento e gasto público eficientes não preocupasse a classe dirigente até junho deste ano. Além disso, os governos do PT não extirparam os interesses do grande capital do âmago do Estado. Sobra para nós a impressão de que o Estado não atua segundo os interesses da maioria. Para complicar, as obras da Copa tornam mais evidente o pouco papel desta maioria na definição das prioridades para o gasto do dinheiro público.

GARRA - A mídia, embora tenha inicialmente criminalizado o movimento, se mostrou a favor dos protestos, chegando, inclusive, a estimulá-los. Que interesses estavam por trás dessa postura?

EDUARDA - A mídia também é heterogênea, embora a grande mídia no Brasil pareça ter uma inclinação ideológica mais clara em favor de um modelo neoliberal. Em relação às manifestações de junho, o interesse mais imediato das empresas de TV, sobretudo a Globo, era o de não pintar um alvo na cara. Desde os anos 1980, a Globo tenta reconstruir sua imagem pública e apagar a sua história de colaboração com o Regime Militar. Mesmo no mea culpa que fez recentemente, insiste que era a postura certa naquele momento. Mas o fato é que tem sido cobrada desde então por sua atuação desastrosa na política, desde a suspeita de participação na tentativa de fraude contra Brizola, nas eleições a governador do Rio de Janeiro, até a famosa edição do debate entre Lula e Collor no segundo turno das eleições de 1989. No caso dos jornais paulistanos que iniciaram a mudança de viés na cobertura dos protestos, isso se deu no momento em que a truculência policial atingiu seus jornalistas e, não por coincidência, esse foi o momento em que os protestos ganharam uma adesão maior da população.

> “O discurso da ineficiência do Estado interessa a quem? Cansamos de ouvi-lo às vésperas das privatizações”

GARRA - A senhora percebeu alguma semelhança com os protestos que antecederam o golpe de 1964: uma massa despolitizada nas ruas, com a participação de setores conservadores; apoio dos grandes grupos de comunicação; repulsa aos movimentos sociais (partidos políticos, sindicatos); ufanismo e palavras de ordem nacionalistas?

EDUARDA - Estive no protesto maior que aconteceu no Recife e me assustei com jovens vestidos de branco cantando o hino nacional com voz raivosa e aparentemente dispostos a linchar verbalmente um rapaz preso por furto em meio à multidão. Mas dizer que esse grupo define o sentido geral dos protestos é ignorar aquela heterogeneidade a que me referi no começo. Além disso, cabe aos partidos e sindicatos fazer uma crítica que revele as razões pelas quais são desacreditados por essa geração, em sua maioria. Eles contribuíram para a rotinização da política que está na raiz dessa insatisfação. Trâmites e procedimentos criados para possibilitar a participação muitas vezes são usados para que uma elite, no interior dessas organizações, decida pela maioria. No caso dos partidos que surgiram à esquerda do espectro político brasileiro, como o PT, fica a percepção de que se adaptou rápido e fácil demais à fisiologia da política brasileira, ao jogo do toma lá dá cá que marca a relação do Executivo com o Legislativo.

GARRA - O que levou a essa insatisfação generalizada da sociedade?

EDUARDA - Se fosse para eleger uma causa só, o que nunca é desejável, diria que é essa percepção de estarmos do lado de fora da festa, só observando a relação obscena que se estabeleceu entre boa parte da elite política e a elite econômica, enquanto penamos em cidades sem mobilidade, tratamento de esgoto e lixo universal, com transporte público de péssima qualidade, hospitais sem médicos, médicos e professores sem condições de trabalho... A lista podia se estender muito.

GARRA - O Estado brasileiro faliu?

EDUARDA - Não, se considerarmos que nunca arrecadou tanto, que as instituições continuam de pé... Temos que ter cuidado, porque o discurso da ineficiência do Estado interessa a quem? Cansamos de ouvi-lo às vésperas das privatizações. Diziam que íamos ter luz e telefonia de ótima qualidade e baixo preço. Hoje temos uma das piores e mais caras telefonias do mundo. E a ideologia neoliberal apresentava o problema como sendo de eficiência, quando é sobretudo político. Posso soar antiga, mas não acredito em política feita de costas para o Estado. É sobretudo nele que se decidem diretrizes e gastos que podem atuar contra ou a favor da democratização do país. Precisamos, então, lutar para influir para que sua atuação tenha um sentido mais público do que privado. E, claro, cobrar também eficiência nessa atuação.

> O problema maior que vejo é a relação fisiológica entre o Executivo e o Legislativo, em todos os níveis. Por isso, a reforma política é tão importante

GARRA - Como a senhora vê a atuação das instituições que compõem o Estado brasileiro (Executivo, Legislativo, Judiciário e sociedade civil)?

EDUARDA - Como disse, o problema maior que vejo é a relação fisiológica entre o Executivo e o Legislativo, em todos os níveis. Por isso, a reforma política é tão importante, para reconstruir essa relação em outros termos. Até lá, continuaremos vendo serem arquivados os pedidos de CPI dos transportes, por exemplo. O que explica a conivência do Executivo e do Legislativo com a péssima qualidade do transporte público no Recife? A sociedade também precisa conhecer os meandros da atuação do Judiciário. Por que, por exemplo, se julga mais importante ceder um terreno no Coque para o futuro Tribunal de Justiça do que para um parque, um equipamento cultural, alguma coisa que ajudasse a integrar o bairro aos outros espaços da cidade? A transparência do poder público é condição para a democracia.

GARRA - O serviço público não supre a necessidade da população, sobretudo a mais carente, a mais necessitada...

EDUARDA - O Brasil sofre os efeitos do sucateamento da infraestrutura desde o governo FHC. Embora o investimento tenha crescido nos governos do PT, ele parece sempre atrasado em relação ao aumento da demanda que o próprio crescimento econômico parece provocar. Veja o caso das rodovias. Mas há tentativas nas áreas da saúde e da educação que favorecem sobretudo os mais carentes, embora insuficientes para que tenhamos serviços públicos com a qualidade necessária. Entretanto, mais uma vez é preciso ter cuidado com o discurso da ineficiência do Estado. Em caso de uma emergência médica, um acidente de trânsito, por exemplo, para onde a gente deveria encaminhar o paciente aqui no Recife? E na educação, em nível universitário, você preferiria o sistema público ou o privado?

GARRA - Há muito tempo, a iniciativa privada vem explorando serviços básicos que o Estado deveria garantir, como educação, saúde, segurança, só para citar esses três. E não faz isso por acaso, faz porque lucra muito. Por que chegamos a esse ponto?

EDUARDA - Isso foi resultado de uma concepção neoliberal de atuação do Estado, que abriu espaço para a privatização de serviços nessas áreas tão essenciais.

GARRA - Analisando a última década no Brasil, alguns especialistas afirmam que as classes menos favorecidas tiveram acesso a políticas públicas, a elite permaneceu intacta e privilegiada e a classe média ficou achatada. O que a senhora acha dessa análise?

EDUARDA - Ela faz sentido, embora precise ser matizada. Todas essas classes sociais são divididas em frações de classe que tem suas especificidades e que reagiram com maior ou menor sucesso às dinâmicas mais recentes da sociedade brasileira.

GARRA - O Brasil tem jeito?

EDUARDA - A história não está fechada, embora impressione a capacidade das elites brasileiras de se reposicionarem e de manterem privilégios em uma sociedade que tem mudado significativamente, como a nossa nas últimas décadas. A história prossegue, sob o signo da contradição.

Brasil vai às ruas

Após a onda de protestos que varreu o mundo, o povo brasileiro foi às ruas neste ano de 2013 para questionar a forma como a política vem sendo estabalecida no País. A onda começou como uma mobilização social puxada pelo Movimento Passe Livre, no dia 6 de junho, contra o aumento das passagens de ônibus e em defesa de um transporte público de qualidade, em São Paulo. Duas mil pessoas protestaram contra o aumento das tarifas de ônibus, metrô e trem, que subiram de R$ 3 para R$ 3,20, quatro dias antes, e foram duramente reprimidas pela violência policial orientada pelo governo Geraldo Alckmin e apoiada pelos grandes veículos de comunicação do país.

As cenas de violência da polícia paulista foram propagadas pelas televisões, jornais e em alguns sites, para todo o Brasil, que acusavam os manifestantes de "arruaceiros". As manifestações continuaram e a polícia paulista se descontrolou por completo. A violência se aprofundou e passou a ser cometida, inclusive, contra pessoas que estavam de passagem pelas ruas no momento dos conflitos e contra jornalistas que estavam trabalhando. Com isso, os movimentos ganharam o apoio da população em todo o país e a imprensa foi 'obrigada' a noticiar os fatos, mesmo de forma distorcida.

Em poucos dias, passeatas foram convocadas em diversas cidades brasileiras em apoio aos paulistas. "O passe livre para estudantes é uma bandeira antiga do movimento estudantil. Eu participo de mobilizações desde 2005. Sempre fomos às ruas. Mas nunca tínhamos tido o apoio da sociedade como ocorreu este ano. Acredito que os movimentos que aconteceram ao redor do mundo, como a Primavera Árabe, acabaram contribuindo para levar os brasileiros às ruas", comenta a estudante Ingrid Farias, uma das lideranças da Frente de Luta pelo Transporte Público em Pernambuco.

A convocação das manifestações foi feita pelas redes sociais. O mesmo método utilizado nas mobilizações da Primavera Árabe, iniciada em 2010, no Egito. As mesmas redes sociais usadas nas mobilizações de países europeus como Portugal, Itália, Grécia e Espanha, e na convocação do *Occupy Wall Street*, apenas para citar as principais manifestações dos últimos anos.

O brasileiro tinha um bom motivo para ir às ruas e encontrou um meio adequado para se comunicar entre si e marcar datas, horários e locais das manifestações. Milhares de pessoas ocuparam centenas de cidades brasileiras. Várias empunhando cartazes que pediam desde a redução da passagem de ônibus até o infundado *impeachment* da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, eleita democraticamente pelo povo e que não havia dado motivo para tal pedido.

Integrantes do Movimento Passe Livre, das diversas cidades, estavam ali em meio ao turbilhão de gente. A repressão policial se multiplicou em cidades como Rio de Janeiro e Porto Alegre.

No dia 20 de junho, os protestos levaram mais de um milhão de pessoas às ruas do Brasil. Ao todo, 400 cidades tiveram manifestações, incluindo 22 capitais. Cerca de 300 mil pessoas teriam ido às ruas em São Paulo e mais de 100 mil no Rio de Janeiro. Houve registro de violência em confrontos entre manifestantes e policiais e quebra-quebra em algumas cidades.

No interior de São Paulo, um participante de protesto morreu atropelado. Em Brasília, os choques deixaram 137 pessoas feridas, três delas em estado grave. No Rio de Janeiro, mais de 60 pessoas ficaram feridas. No Recife, foram cerca de 53 mil pessoas nas ruas, protestando de forma pacífica. O fato de o governador do Estado, Eduardo Campos, ter reduzido os preços das passagens em R$ 0,10, na manhã daquele dia, não conteve os pernambucanos.

"Juntou a violência da polícia, o exemplo dos movimentos que aconteceram em outros países e foram divulgados na internet, com a facilidade de comunicação das redes sociais. Além disso, a população vinha insatisfeita há um bom tempo com a falta de serviços públicos de qualidade", destaca o estudante Pedro Josephi, uma outra liderança da Frente de Luta pelo Transporte Público em Pernambuco.

Vários meios de comunicação e políticos conservadores e reacionários passaram a ver, então, nesses protestos, uma oportunidade ímpar de diminuir os índices de aprovação do governo Dilma Rousseff e resolveram apoiá-los e pautá-los. A quantidade de pessoas na rua cresceu proporcionalmente ao aumento da violência e ao apelo midiático.

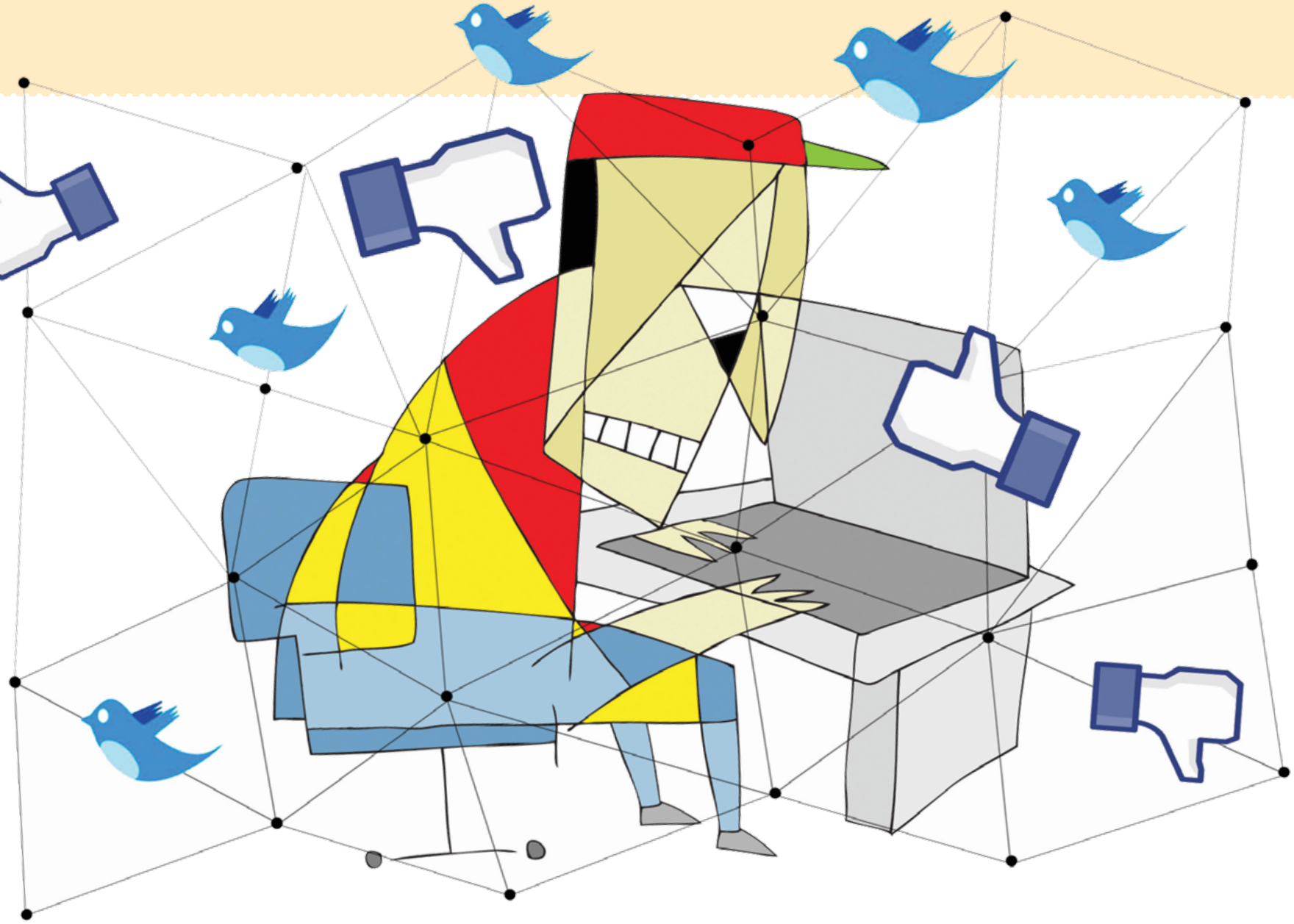
"A direita foi derrotada eleitoralmente por três vezes. Então, transferiu o confronto da seara política para o Judiciário – Poder sobre o qual não há controle social –, com o objetivo de criminalizar a atividade política, com foco no PT e nos movimentos sociais. A mídia conservadora e os partidos de direita tentaram capitalizar o movimento, bradando contra a corrupção que eles tanto praticaram", observa o filósofo e ex-presidente da CUT Pernambuco, Jairo Cabral.

Cartazes com os mesmos dizeres passaram a ser vistos em todo o País, contra a PEC-37 – muitos dos que gritavam contra a proposta de Emenda à Constituição não sabiam do que se tratava – contra a realização da Copa do Mundo, contra a corrupção, por mais investimentos em transporte público, saúde, educação e segurança, entre outros. Uma chuva de pautas genéricas, sem nenhuma objetividade. Mas, apesar da falta de foco, o povo estava dando o seu recado. E a principal leitura que todos faziam era a de que havia uma insatisfação geral.

"A massa de brasileiros foi às ruas por estar descontente com o esgotamento do modelo de gestão lulista. Os governos petistas foram de fundamental importância para elevar o poder aquisitivo das classes mais vulneráveis economicamente. Mas eles não foram capazes de ampliar a oferta de serviços públicos de qualidade. E a sociedade brasileira está cada vez mais exigente. Alguns projetos mais concretos, como uma significante melhoria nos serviços de saúde, educação e transporte, devem ser apresentados de imediato", destaca o filósofo e colunista da revista Carta Capital, Vladimir Safatle.

"Os governos petistas melhoraram significativamente o padrão de vida da base da pirâmide social brasileira, sem questionar a ordem instituída e os benefícios de quem está no topo dessa pirâmide. Quem mais ganhou dinheiro nos últimos anos, no Brasil, foram os banqueiros. O povão saiu da lama para morar em conjuntos residenciais. Toda via, a classe média ficou achatada. O Brasil necessita de uma reforma profunda que propicie políticas públicas de qualidade para toda a população. Que coloque na ordem do dia as reformas Política, Agrária, Tributária, a democratização dos meios de comunicação e o controle social do Judiciário. É isso que querem os setores progressistas da sociedade brasileira", avalia Jairo Cabral.

Ativismo em rede



Por meio do Facebook e Twitter, pessoas têm divulgado milhares de textos de sites e blogs dos mais variados assuntos, escritos por uma infinidade de profissionais de diversas áreas. Nessas mídias, cada usuário também pode dar a sua opinião sobre o que desejar e propagá-la. Os indivíduos deixaram de, apenas, ler textos e opiniões de jornalistas pagos por grandes corporações de comunicação e passaram a dar, eles mesmos, as suas próprias opiniões, fazendo o julgamento de tudo o que leem.

"Muitos dos conteúdos encontrados nas redes sociais estão vinculados às matérias e opiniões da grande imprensa. Eles não representam a visão mais progressista da sociedade. No entanto, também encontramos textos, matérias e opiniões sensatas, coerentes e progressistas. Hoje, temos uma maior pluralidade de atores e informações. Há uma maior efervescência, ao contrário do passado próximo, onde apenas os grandes meios de informação tinham voz", destaca o filósofo Vladimir Safatle.

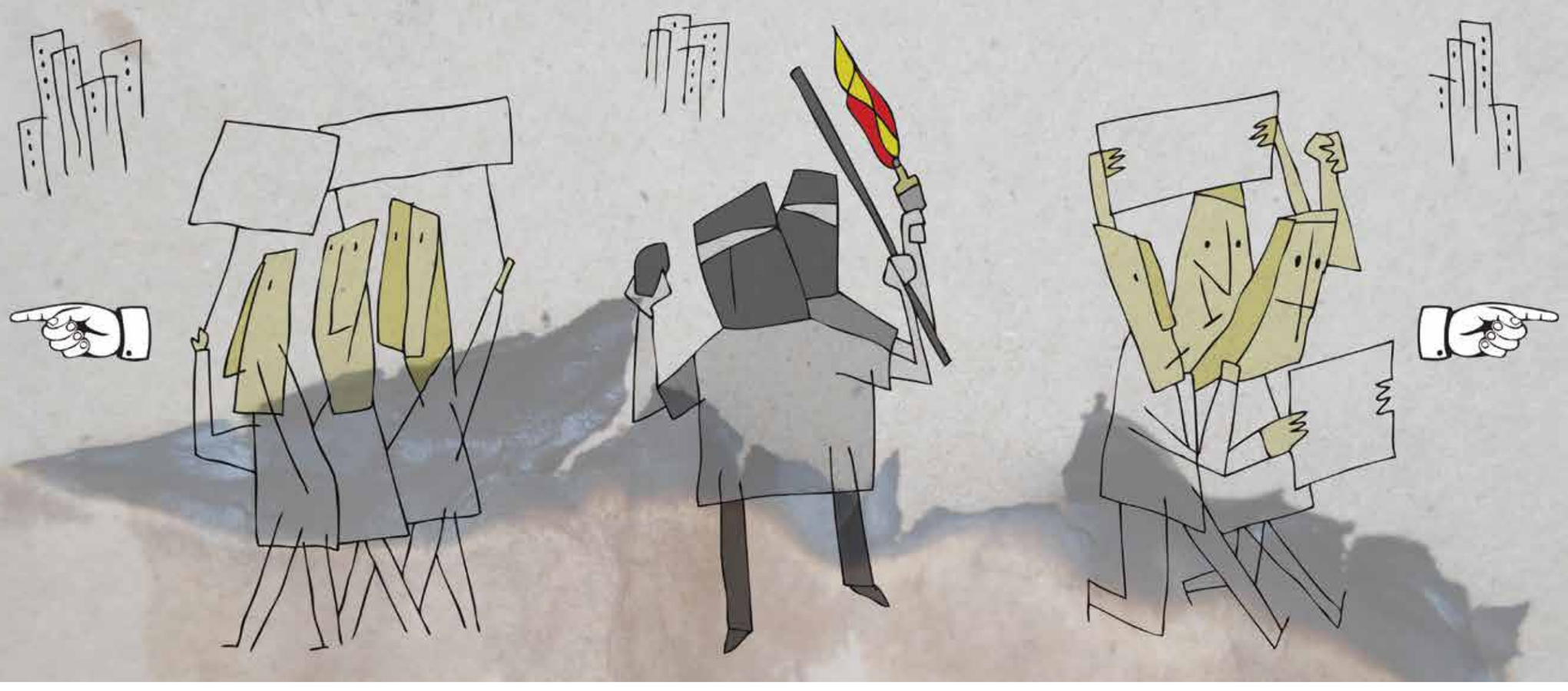
A pluralidade de informações é um elemento fundamental para a democracia. Ela gera debates e discussões. O fato de a população ter acesso a mais de uma visão sobre as diversas questões, faz com que ela passe a se interrogar a respeito do establishment. "Por isso, as redes sociais estão exercendo uma forte influência nas manifestações de rua que vêm eclodindo, nos últimos tempos, em todo o mundo, inclusive no Brasil", diz Safatle.

"A incorporação por parte das pessoas, em sua maioria jovens, de ferramentas de comunicação instantânea, como as redes sociais, não é necessariamente um exercício de maturidade e consciência política. Isso é fruto de novos padrões culturais, do surgimento do espaço virtual como lugar de debate e de expressão pública de opinião. Como foram essas pessoas das redes sociais que foram às ruas, essa variedade de temas se refletiu nas manifestações, com falta de foco, pulverização de bandeiras e percepções ideológicas diferentes", destaca Jairo Cabral.

Por outro lado, há quem veja uma certa acomodação do indivíduo que usa a rede social para mostrar a sua insatisfação ou praticar política. "Hoje existe o militante de rede social. Muita gente se sente incomodada com algo, não tem coragem de se manifestar nas ruas e usa a rede como uma forma de libertação. Essas pessoas podiam lutar de forma mais eficaz pelo que acreditam. Nas redes sociais, encontramos, inclusive, vários movimentos sociais que não se materializam em ações de rua. Acho isso um pouco incoerente", observa a estudante Ingrid Farias.

Repressão e criminalização nos e dos **protestos**

Por terem sido convocadas e propagadas pelas redes sociais, as grandes manifestações de rua no Brasil não tiveram representantes, o que lhes concedeu uma característica bastante negativa. Houve uma certa predominância do descontrole. Os protestos reuniram massas formadas por pessoas de várias classes sociais, cores, ideologias políticas e, em muitos casos, sem ideologia alguma. Enquanto uns pediam melhor qualidade de serviços públicos e menos corrupção, outros promoviam quebradeiras, saques, ataques a prédios públicos e privados, ataques contra militantes e sedes de partidos políticos, representantes de sindicatos, movimentos sociais



> Os protestos reuniram pessoas de várias classes sociais, cores, ideologias políticas e até sem ideologia alguma

e imprensa. A polícia passou a observar tudo sem muita intervenção.

No dia 20 de junho, a situação ficou bastante tensa em Brasília, onde, após tentarem entrar no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto, manifestantes depredaram o Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores. No Rio, antes do início da passeata, cerca de 20 militantes da CUT foram agredidos durante a concentração do protesto e pressionados a se retirarem do ato pela multidão que gritava "sem partido." O mesmo grito, divulgado pela mídia, foi repetido em todo o país.

Muitos críticos, cientistas políticos, jornalistas viram a violência praticada contra órgãos do governo, bandeiras de partidos e militantes de esquerda como uma grande agressão à democracia. Mas também foram feitas análises que apontaram os partidos como os grandes responsáveis pela violência contra eles mesmos.

"Isso representa o esgotamento da forma 'partido'. Os partidos políticos não conseguem mais ser vistos como a caixa de resonância das demandas mais transformadoras da sociedade. Estão muito vinculados à institucionalidade. Existe um grande descontentamento com os limites da democracia parlamentar. O mundo e o povo brasileiro estão em busca de uma democracia participativa. Querem ter seu poder de participação ampliado. Não apenas o poder de consulta, mas também o de deliberação", defende Safatle, para completar:

"Precisamos encontrar uma forma de ampliar essa participação e acredito que a democracia digital, que pode se tornar uma realidade com o uso da internet, é um dos caminhos possíveis para uma maior participação popular."

Ruas **esvaziadas** de novo

A necessidade de mudanças moveu as massas nas ruas e surgiram as primeiras conquistas. Mas para que lado a massa desejava se mover? Uns queriam ver o país se desenvolver e consolidar uma democracia mais participativa, enquanto outros almejavam restaurar o passado tenebroso do autoritarismo e da exclusão social.

Nas ruas, a violência de alguns acabou chocando a grande maioria. Assustados com a direção que as manifestações estavam tomando, os integrantes do Movimento Passe Livre resolveram se afastar. Um dos líderes concedeu entrevista em rede nacional dizendo que o caráter violento não tinha nada a ver com o que eles buscavam e como já haviam conquistado a redução da passagem estavam se retirando.

Por outro lado, muita gente passou a desconfiar do caráter dos protestos que passaram a ser conduzidos e pautados pela grande mídia brasileira. Algumas mobilizações, contra meios de comunicação como a Globo e a Veja, começaram a ser convocadas.

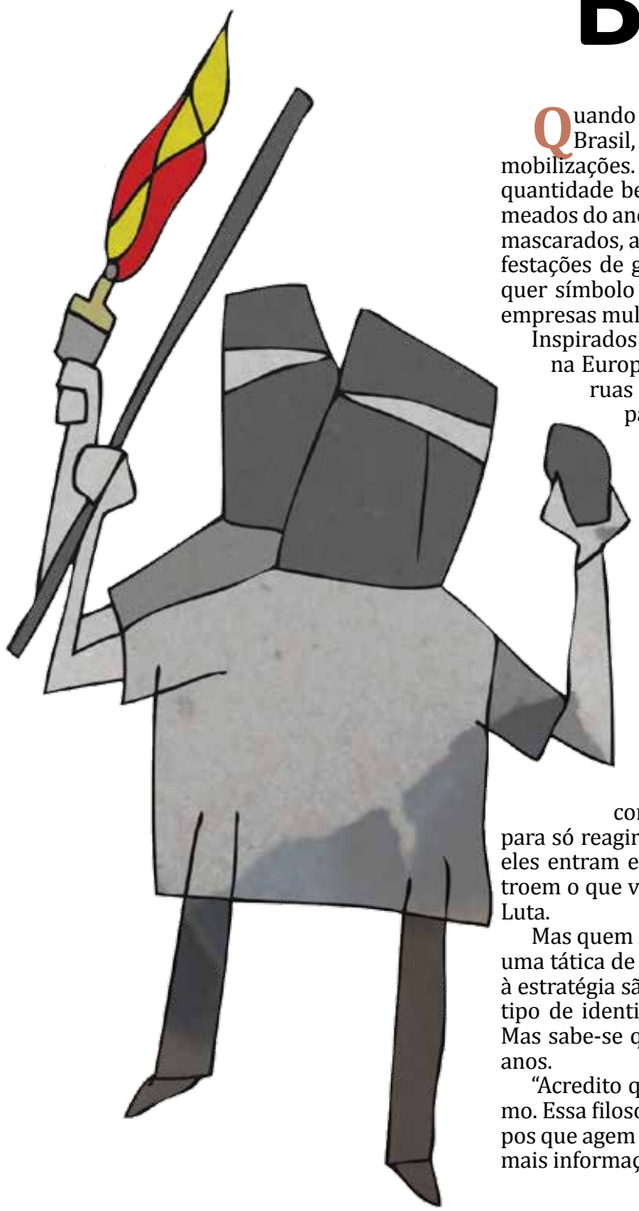
Repentinamente, os grandes e conservadores meios de comunicação brasileiros, que passaram a enaltecer os movimentos quando observaram que eles poderiam ser úteis, voltaram a criminalizá-los quando notaram que também eram alvo e que o governo poderia implementar mudanças progressistas no país. A constante mudança de opiniões, como um grande balé da conveniência, foi alvo de críticas por parte da imprensa de alguns países, que chegaram a fazer chacota de comentaristas brasileiros.

A mídia passou então a se concentrar em entrevistas e matérias contra as propostas do governo, como o Plebiscito para a Reforma Política e o programa Mais Médicos. A quantidade de manifestantes sofreu uma queda brusca. Permaneceram nas ruas os mais politizados e os manifestantes que se utilizam das táticas Black Blocs. A população que havia "acordado" recuou, voltou a dormir.

"Infelizmente, a grande maioria da juventude brasileira não tem educação política. Os jovens se revoltam contra os problemas que lhes atingem, mas não se unem para tentar reivindicar soluções. Muita gente foi à rua este ano por causa da influência da mídia, internet e conhecidos, mas, em pouco tempo, retornaram para suas casas", diz o estudante Pedro Josephi.

Em outubro, professores do Rio de Janeiro, em greve, saíram às ruas e foram reprimidos duramente uma manifestação. Resultado: a população voltou a realizar protestos em algumas cidades brasileiras, em apoio aos professores.

A estratégia dos **Black Blocs**



Quando todos pensavam que os protestos iriam arrefecer no Brasil, jovens mascarados passaram a se destacar em novas mobilizações. Eis que surge a versão brasileira de Black Bloc, em quantidade bem menor do que os milhares que foram às ruas em meados do ano. Mas com uma tática mais impressionante. Os jovens mascarados, auto-intitulados de anarquistas, se infiltram em manifestações de grupos sociais para atuar com violência contra qualquer símbolo do Estado e do capitalismo, como prédios públicos, empresas multinacionais e bancos, promovendo depredação.

Inspirados em mobilizações que ocorreram nos últimos anos na Europa, jovens brasileiros se vestiram de preto e foram às ruas para questionar o sistema vigente. A grande mídia passou a divulgar informações com opiniões contrárias ao que chamaram de "organização". "Eles entram nas manifestações, tomam a frente, mudam o percurso, começam a quebrar tudo e acabam atrapalhando mais que ajudando", destaca a militante estudantil Ingrid Farias.

Alguns setores da mídia passaram a chamá-los de "Caras Tapadas". A Justiça passou a decretar prisões de integrantes do grupo. A polícia voltou a atuar com violência para combatê-los. Em Pernambuco, o governo chegou a proibir manifestação com pessoas mascaradas, um atentado ao direito de organização.

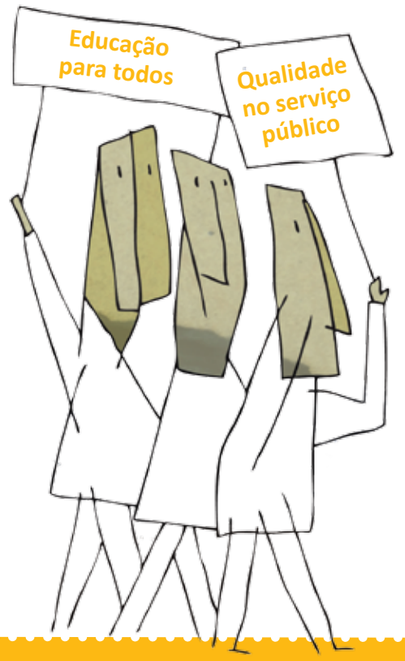
"Não sou totalmente contra a tática Black Blocs, desde que ela seja bem utilizada. Em manifestações na Europa, por exemplo, eles participam de reuniões com os líderes das manifestações e entram em acordo para só reagirem com violência se a polícia iniciar o conflito. Aqui, eles entram em qualquer manifestação, tomam a dianteira e destroem o que vêm pela frente", comenta Pedro Josephi, da Frente de Luta.

Mas quem seriam os Black Blocs? Esse nome nada mais é do que uma tática de protesto. As roupas e máscaras pretas que dão nome à estratégia são usadas para dificultar ou mesmo impedir qualquer tipo de identificação pelas autoridades. Eles não dão entrevistas. Mas sabe-se que são, em geral, muito jovens. A média seria de 18 anos.

"Acredito que muitos deles não sabem nem o que é o anarquismo. Essa filosofia política é muito séria para ser propagada por grupos que agem com violência e quebra-quebra. Eles deveriam buscar mais informação", destaca Ingrid Farias.

A mea culpa dos **movimentos sociais**

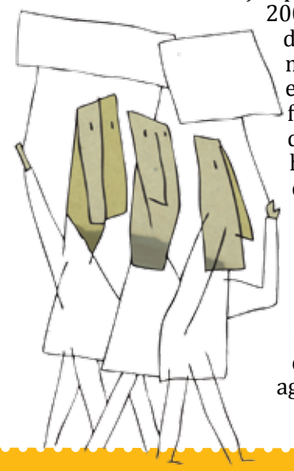
Setores da esquerda precisam formar novos quadros e manter um diálogo com os movimentos sociais



"A esquerda negligenciou seus centros de formação política, que o diga o PT e a CUT (entidades que teve em seus quadros importantes intelectuais do país). O tempo em que grandes intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, Josué de Castro, Celso Furtado, Caio Prado Jr, Milton Santos, Darci Ribeiro, Paulo Freire, Francisco de Oliveira e tantos outros que pautavam o debate nacional passou. É preciso remontar centros de formulação política, em parceria com os movimentos sociais e integrantes progressistas da academia, para que se pense o futuro e se construa um projeto de sociedade mais avançado". É com essa análise que o ativista político e filósofo Jairo Cabral faz a crítica ao movimento sindical.

Além de não estar mais formando novos quadros, a esquerda também não soube construir um projeto para estabelecer um diálogo com a sociedade e suas novas demandas. "O nível de exigência no Brasil aumentou, ultrapassando as reivindicações por empregos e melhores salários. Muitos dos jovens que foram às ruas são politizados sim e querem qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e melhor qualidade dos serviços públicos. A esquerda não se modernizou e não atendeu às novas demandas da sociedade. Mas ainda há tempo para rever isso. Pior foi a direita que só levou o Brasil para trás", destaca Cabral.

Para o ex-presidente da CUT, a direita conservadora brasileira trilhou caminho inverso ao se reciclar e construir centros de formação política. "O Instituto Millenium, fundado em 2004 e sediado no Rio de Janeiro, tem o papel de formular políticas conservadoras e formar quadros para difundir ideias e ocupar espaços em diversas atividades, nos meios financeiros, industriais, educacionais e midiáticos. A direita se coloca na sociedade de hoje de forma protagonista. Semelhante ao que ocorreu no período do golpe militar de 64", ressalta.



Na opinião de Jairo Cabral, o momento exige profunda reflexão. "O ano eleitoral de 2014 será decisivo para os destinos do Brasil. Não falta quem, ávido pelo poder, queira encarnar o papel do novo Collor. A direita e a mídia golpista penhoradamente agradecem."

“A democracia representativa está em crise”

O cientista político Michel Zaidan acompanhou, como pesquisador e cidadão comum, as manifestações de rua que aconteceram no Brasil e em Pernambuco durante o ano de 2013. Coordenador do Núcleo de Estudos Eleitorais, Partidários e da Democracia (Neepd) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Zaidan concedeu várias entrevistas, participou de debates de televisão e escreveu uma série de artigos divulgados na imprensa sobre o assunto, o que resultou no livro *A Metafísica dos Movimentos de Rua*, lançado em outubro. Para a revista Garra, o professor concedeu uma entrevista exclusiva onde analisou as manifestações de rua de 2013.

GARRA - A quem interessa uma massa na rua contra tudo o que está aí, sem representantes, infiltrada por grupos interessados em promover quebradeiras?

ZAIDAN - Interessa a todos os cidadãos e cidadãs de bem - não de bens - que não compactuam com a corrupção, a improbidade administrativa, o mau uso do dinheiro público e a inversão iníqua de prioridades do governo, de vender o país a empresas e entidades internacionais, como a Fifa, através da renúncia fiscal, de empréstimos subsidiados e do trabalho voluntário. A copa ou o hospital? Naturalmente, o hospital, pois a saúde pública interessa a maioria do povo brasileiro.

GARRA - Quem são os manifestantes? O senhor enxerga algum resquício de fascismo nas manifestações?

MICHEL ZAIDAN - Inicialmente, eram inúmeros grupos com demandas específicas, sem coordenação, direção ou centro. Depois, jovens da classe média (black blocs), de orientação anarquista ou neoanarquista, que resolveram praticar o chamado “anarquismo insurrecional” contra alvos-símbolos do Estado e do capitalismo. Não vejo nem um resquício de fascismo nesses movimentos. Mas vejo fascismo na atuação da polícia e do governo em querer proibir as manifestações, em nome da ordem, dos bons costumes, da paz e da propriedade.

GARRA - A democracia sai ganhando ou perdendo com essas manifestações?

ZAIDAN - A democracia representativa, de baixa intensidade ou procedimental, está em crise no mundo e no Brasil. Ela precisa ser reinventada. Esses movimentos podem forçar a uma necessária e oportuna renovação dela.

GARRA - Existe atualmente uma crise de representatividade no sistema político brasileiro?

ZAIDAN - Indiscutivelmente. E ninguém quer re-

formar nada, cortar na própria carne e combater o corporativismo.

GARRA - Os dirigentes dos partidos e dos governos têm uma dose de responsabilidade pelo que está acontecendo?

ZAIDAN - E como têm. Deviam fazer uma autocrítica profunda e apoiar essas manifestações, apreendendo o seu significado, ao invés de criminalizá-las.

GARRA - Qual a influência da grande mídia?

ZAIDAN - Grande. A fala midiática sobre os movimentos ajuda a criminalizar e a reprimir ou a dar visibilidade e carrear apoio a esses movimentos. Quando a repressão alcança algum repórter ou jornalista, a mídia se apressa em denunciar a violência policial. Quando se trata de reprimir os militantes, a mídia se coloca ao lado da polícia.

GARRA - Qual o papel das redes sociais nessas mobilizações?

ZAIDAN - Fundamental. É o meio mais utilizado pelos jovens. Barato, rápido e eficaz. Faz parte de uma nova cidadania, a *cybercidadania*. A cidadania em rede. Sem fronteiras.

GARRA - Vários políticos, instituições conservadoras e reacionárias, jornalistas, passaram a apoiar os protestos quando eles deixaram de abdicar a redução dos preços das passagens e passaram a levar milhares de pessoas às ruas. Como o senhor viu isso?

ZAIDAN - Puro oportunismo. Não acredito na sinceridade e consequência desse apoio. A ordem é desconfiar.

> “Quando se trata de reprimir os militantes, a mídia se coloca ao lado da polícia”

GARRA - Qual a disputa que está sendo travada?

ZAIDAN - Uma disputa pelo país que desejamos ser, cujo principal ativo deveria ser o povo e sua identidade cultural. Não uma plataforma de empresas estrangeiras e um paraíso da especulação financeira.

GARRA - O que o senhor acha das demandas da população que foi à rua?

ZAIDAN - Sou inteiramente a favor. Há muito tempo que já vínhamos protestando contra o mau uso do dinheiro público, das prioridades equivocadas do gasto público, grande parte para pagar compromissos da dívida pública.

GARRA - E o Movimento Passe Livre?

ZAIDAN - Sou totalmente a favor do Movimento Passe Livre. Sou usuário do transporte público. Os custos e a economia do chamado transporte coletivo (privado) no Brasil é uma caixa-preta. Ele é altamente beneficiado pelo Estado, seja através de isenções fiscais ou pela câmara de compensação. Seus donos, que financiam (os candidatos) na época de eleições, estão bem representados no governo. Logo sou amplamente favorável ao Passe Livre para estudantes e trabalhadores.

GARRA - O povo está sendo vandalizado diariamente com meios de transportes públicos escassos e de má qualidade. Mas quando o povo sai às ruas e quebra tudo é tido como vândalo. Qual a sua opinião?

ZAIDAN - Existe uma violência institucional e estrutural que provoca essa reação da população. O povo está cansado de esperar, pacificamente, melhorias na prestação do serviço público. Paciência tem limite.

GARRA - O que acha da afirmação de que os governos brasileiros devem melhorar sua política de subsídios para o transporte coletivo a fim de estimular seu uso?

ZAIDAN - É preciso abrir a caixa-preta dos custos desse transporte, que é privado. Mais subsídios, sem controle, sem fiscalização e cobrança da melhoria e do barateamento das tarifas é engordar os lucros das empresas privadas de transporte coletivo.

GARRA - A insatisfação popular tem como fruto a expansão da classe média brasileira, que ficou mais exigente?

ZAIDAN - Não há dúvida que a classe média urbana, escolarizada e informada está no centro desses protestos.

GARRA - O povo acordou? Ou foi apenas uma parte do povo?

ZAIDAN - Com certeza, a mais informada, organizada e politizada. Muitos entre os mais jovens desconhecem o valor das lutas que trouxeram a sociedade até aqui.

> “A Copa ou hospital? Naturalmente, o hospital, pois a saúde pública interessa à maioria do povo brasileiro”

GARRA - Como mudar isso?
ZAIDAN - Informação, participação, educação e cultura cívica.

GARRA - A mídia e vários governos cobram uma forma ordeira de protestar. Existe uma forma “correta” de protestar? Isso não é uma contradição?
ZAIDAN - Essa é a questão da polícia e do governo. Se pudessem, proibiam o direito de greve e de reivindicação. Não podem, então criam constrangimentos ilegais ao movimento social. Não tendo como cooptar ou evitar, reprimem.

GARRA - O que o senhor espera dos sindicatos de trabalhadores?
ZAIDAN - Na minha humilde opinião, os trabalhadores e os sindicatos deviam apoiar e engrossar essas manifestações, pois suas bandeiras interessam muitíssimo a todos, sobretudo a quem depende do SUS, da escola pública, da segurança pública, do transporte público etc.

GARRA - Como atrair a população que ainda não é usuária desses transportes?
ZAIDAN - Melhorando o serviço público. Fazendo uma propaganda positiva do serviço público e estabelecendo vantagens para quem o usa.

GARRA - O que achou da resposta da presidente Dilma e de suas propostas para atender as reivindicações de rua?
ZAIDAN - Positiva, mas não teve continuidade. Ela provocou estresse no Congresso Nacional e no Judiciário. O jogo agora é a sucessão presidencial.

GARRA - Que medidas o governo Dilma deveria tomar?
ZAIDAN - Inverter as prioridades da administração pública e fazer um novo contrato federativo com as entidades subnacionais. O que inclui a regionalização do orçamento da União, reforma tributária e uma auditoria da dívida pública da União.

GARRA - Como reduzir a corrupção nos governos e casas legislativas do Brasil?
ZAIDAN - Aumentando os mecanismos de controle interno e externo. O controle social, a transparência da gestão e a responsabilização penal.

GARRA - O que deve ser feito para viabilizar uma reforma política que ajude a solucionar os problemas de corrupção que existem nos poderes executivos e legislativos do Brasil?
ZAIDAN - Convencer a opinião pública de que é indispensável melhorar as instituições para fortalecer a democracia brasileira. Sem uma ampla reengenharia institucional e uma mudança de cultura política, não tem reforma que vá para frente. Diminuir também a impunidade e aumentar a eficiência legislativa.

GARRA - Como o senhor imagina essa reforma?
ZAIDAN - Uma reforma digna desse nome deveria ser fruto de uma constituinte exclusiva, que contenha o pronunciamento popular, zerando o sistema partidário que temos.

O povo vai continuar indo às ruas!

As manifestações de rua que ocorreram em 2013 são uma demonstração clara de que a população brasileira está viva e extremamente insatisfeita com o nível do serviço público que é oferecido pelo Estado. Desde a esfera federal, passando pela estadual e municipal. A falta de investimentos em áreas como as de transporte público, saúde, educação, saneamento e habitação, nos 500 anos em que esse país foi comandado por governantes sem compromisso com a maioria da população, provocou uma série de gargalos que emperram o nosso desenvolvimento e o bem-estar.

Houve uma decisão dos últimos governos federais em promover um choque de investimentos em políticas públicas, mas que ainda não se mostrou suficiente devido ao atraso em que nos encontramos. Diante de tal situação, o povo brasileiro foi às ruas, demonstrando que não aceita mais o subjugo de seus governantes. Governantes que se utilizam do discurso do óbvio, prometendo fazer o que já é uma garantia constitucional do povo brasileiro, como se já não fosse uma obrigação de quem é eleito pelo povo para

o representar.

No entanto, observamos governos atados a armadilhas do capital financeiro, sem coragem de romper com o que está posto. Mesmo ocorrendo alguns desvios do caminho pré-determinado pelo poder econômico por parte dos últimos governos federais, não há um rompimento real com as forças que movem a sociedade para a alameda das especulações financeiras e a imobiliza com as amarras do neoliberalismo.

Precisamos inverter as prioridades. Fazer urgente um choque de investimentos em serviços públicos de qualidade em todo país. Com a inversão de prioridades e um grande investimento em infraestrutura, o Brasil teria a sua economia aquecida, diversos gargalos econômicos seriam solucionados e um grande número de empregos seriam gerados.

A sociedade brasileira está cada vez mais consciente e exigente de seus direitos. É importante que os governos acordem para esse fato. Sem investimentos para melhorar o Brasil e a qualidade de vida da sua população, o povo vai continuar indo às ruas. E é bom que vá!

Mas é importante ficarmos atentos para o fato de que não foram apenas anjos, pessoas de boa índole, que participaram das passeatas. Muitos anjos decaídos de direita infiltraram-se nas manifestações para guiá-las a um caminho do atraso. Ao defender pontos de vistas antidemocráticos, como o *impeachment* de uma presidenta eleita pela maioria do povo e o retorno de governos militares. Eles tentaram pautar as manifestações com o auxilio dos grandes meios de comunicação. Tentaram denegrir governos, partidos e sindicatos, como forma de desacreditá-los.

Uma mídia que, em determinados momentos, quando lhe convinha, se postou do lado das mobilizações. Mas que passou a criticá-las quando identificou que mudanças progressistas poderiam ser adotadas e apoiadas pelo povo, como a reforma política, a instalação de uma Assembleia Constituinte. Faz-se necessário que reflitamos para não darmos passos para trás.

Em entrevista recente, o secretário da Comissão da União Europeia, José Manuel Barroso, um político português de centro-direita, alertou para o crescimento de partidos de extrema direita na Europa. Segundo ele, esse é o verdadeiro risco europeu. Esses partidos, que defendem o nacionalismo populista, vêm crescendo no vácuo da insatisfação dos europeus e das grandes mobilizações de rua. Temos que ficar alertas para que o mesmo não aconteça aqui. A história do País já conhece exemplos de movimentos nacionalistas fascistas que não cabem mais no século 21. Hoje, políticos que se dizem progressistas estão dialogando com a população com uma máscara de modernidade, mas, por baixo do pano, estão se unindo ao que há de mais atrasado no Brasil.

> “Sem investimento em educação política, nenhum país se desenvolve. E os sindicatos têm um importante papel na luta por transformações sociais”

Também é necessário que façamos uma mea culpa. As instituições políticas e os sindicatos brasileiros foram criticados por vários manifestantes infiltrados. Mas não foram apenas eles que gritaram contra as bandeiras de partidos e sindicatos. É certo que os sindicatos nacionais sempre lutaram por serviços públicos de qualidade. Temos ido sempre às ruas, antes e desde o retorno da democracia, clamar por melhores condições de trabalho, melhores salários, capacitação de servidores e investimentos em infraestrutura dos serviços públicos para que sejam garantidos melhores serviços para a população.

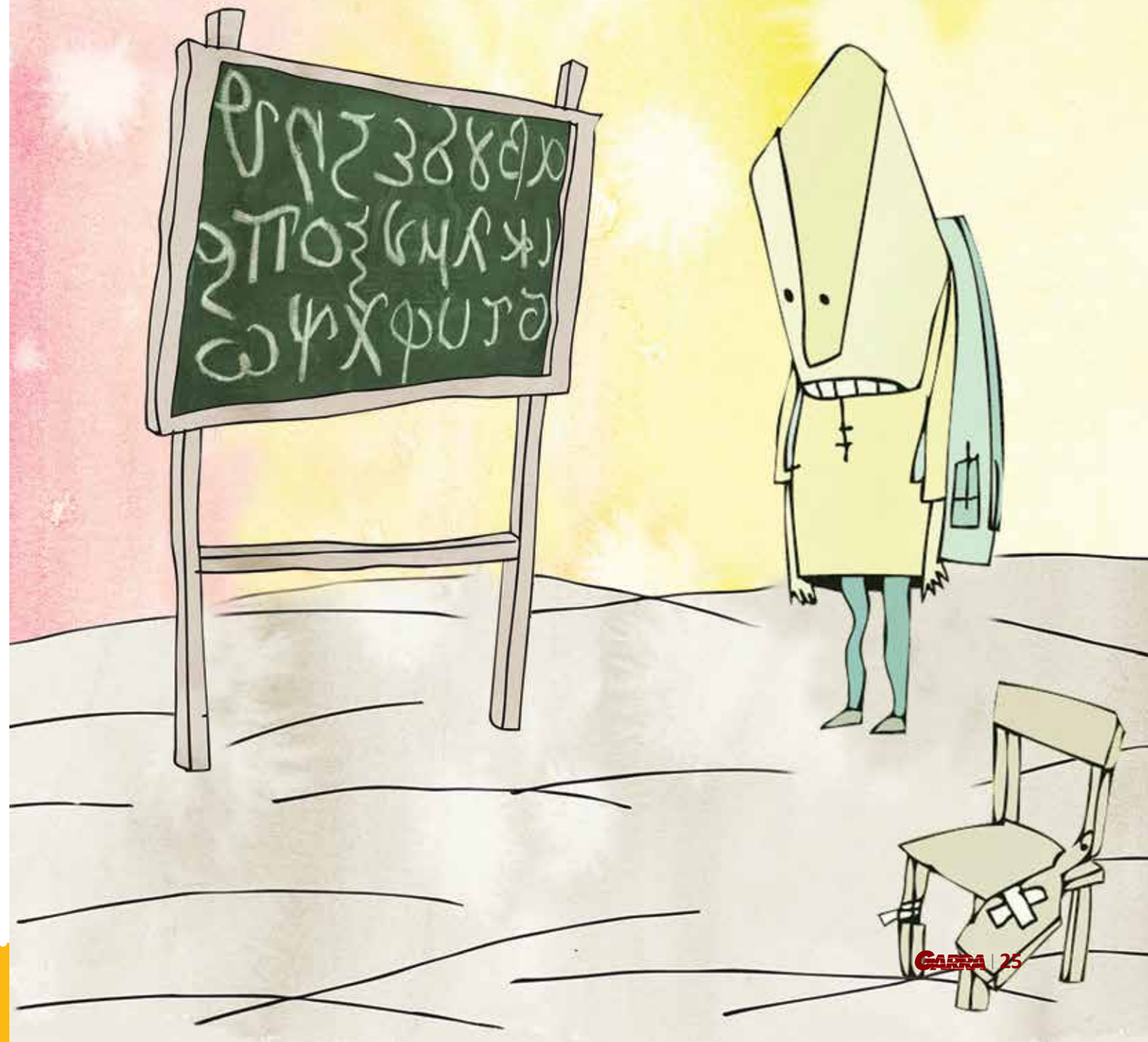
Cabe a nós refletirmos quanto à importância de investirmos em cursos de educação política progressista para os jovens brasileiros, os grandes protagonistas das manifestações. Também devemos trabalhar as novas formas de comunicação que estão disponíveis e sendo utilizadas por esses jovens e introduzi-las em nosso dia a dia, e, por meio delas, avançarmos nas nossas mobilizações.

Sem investimento em educação política, nenhum país se desenvolve. E os sindicatos têm um importante papel na luta por transformações sociais para atingirmos uma sociedade mais justa e igualitária.

Graça Oliveira
Secretária geral do Sindsep-PE e diretora do Dieese

O serviço público

Um dos motivos dos protestos de rua, a má qualidade dos serviços públicos, vai de encontro ao que reza a Constituição Federal de 1988. O Estado não cumpre com seu papel e o cidadão comum é quem paga a conta



Serviço **público** longe de ser **ideal**

Apesar de a Constituição Federal de 1988 assegurar que educação, saúde, segurança e tantos outros direitos sociais devem ser garantidos pelo Estado, na prática isso não vem acontecendo. O que se vê é uma falta de investimentos em serviços básicos. Escolas, hospitais e repartições públicas sucateadas. Faltam materiais de suprimento, mão de obra especializada e salários dignos para os trabalhadores do setor.

De acordo com o Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (IRBES), medido pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), das 30 maiores nações em arrecadação tributária, o Brasil ocupa o 30º lugar como provedor de serviços públicos de qualidade à população, ficando numa situação pior que os vizinhos Argentina e Uruguai. Essa já é a quarta vez consecutiva que o país ocupa essa posição. No topo desse ranking estão os Estados Unidos, Austrália e Coréia do Sul. Para produzir o IRBES, o IBPT cruzou os dados da carga tributária com o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países estudados.

Falando em cifras, segundo o IBPT, pelo sexto ano consecutivo, o Brasil arrecadou mais de R$ 1 trilhão em impostos, dinheiro que dava para construir 45 milhões de casas populares ou mais de 3 milhões de postos de saúde equipados. O tributo de maior arrecadação é o ICMS (20,66%), seguido do INSS (18,02%), do Imposto de Renda (17,17%) e da Cofins (10,84%). Também de acordo com o instituto de pesquisa, cada brasileiro pagou este ano aproximadamente R$ 8.202,00 em impostos.

A situação do Brasil fica mais difícil se se considerar que ele não está sendo tão afetado pela crise mundial como os países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia), onde o serviço público é considerado de qualidade, mesmo com sérias dificuldades financeiras.

Para a pesquisadora e economista Tânia Bacelar, o serviço público brasileiro sempre foi precário, com raras exceções. Houve momentos de avanço, como na era Vargas. Já entre os anos 1980 e 1990, ele passou por grandes dificuldades, fruto, sobretudo, da crise financeira do setor e da hegemonia das ideias liberais que dominaram no final do século passado.

A pesquisadora salienta que na última década o serviço público ganhou novo fôlego, mas não atingiu todo o funcionalismo. Foram privilegiados certos segmentos como os órgãos de controle e os gestores públicos. O Regime Jurídico Único (RJU) - maior conquista da categoria pós Constituição de 88, assegurando inclusive a estabilidade - também perdeu espaço para os contratos via CLT.

Tânia Bacelar acredita que o maior desafio do setor público é oferecer um serviço de qualidade, principalmente agora, quando a população está disposta a ir às ruas reivindicar seus direitos. “Serviços fundamentais como os de saúde e educação, proteção social e segurança, foram alvos importantes das recentes manifestações populares. Sinal de que precisamos de outro patamar de serviços públicos no país”, alerta a pesquisadora.

Questionada sobre qual seria o modelo ideal de serviço público para o Brasil, Tânia Bacelar é enfática: “Não sei se existiria um modelo único e ideal. Mas acho que os princípios indicados pela Constituição Federal, no seu artigo 37, e transportados para as legislações constitucionais dos estados e municípios me parecem muito bons. Legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência são bons pilares para se construir um novo modelo.”

Além disso, a pesquisadora, que também é servidora federal aposentada, cita o inciso XXI do Artigo 37 da Constituição Federal como princípio importante para guiar a prestação de serviços pela administração pública, que tratam especificamente de licitação pública, prescritibilidade dos ilícitos administrativos, responsabilidade civil da administração e razoabilidade.

Além de recorrer à Constituição, Tânia aponta o avanço tecnológico como um aliado para a melhoria do serviço público. “A revolução em curso nos padrões de comunicação é um facilitador importante para a construção de modelos de prestação de serviços eficientes. Veja os avanços no atendimento do INSS.”

Falta **vontade** política **do poder** público

Se existem mecanismos e legislações que asseguram um serviço público de qualidade, por que isso não acontece? Para a economista Tânia Bacelar, faltam condições políticas para ampliar os avanços e combater os resquícios de velhos modelos. “Mas a população vai continuar cobrando! Por isso, penso que estamos às vésperas de novos dias. E se tivesse que escolher um símbolo para verificar se mudamos, olharia o padrão de serviços de educação fundamental e de saúde”.

Para o assessor do Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar (Diap), Antônio Queiroz, o modelo ideal de serviço público seria “aquele em que houvesse servidores preparados e bem remunerados para bem atender aos contribuintes e usuários, além de recursos suficientes para atender às carências e necessidades da população”.

Queiroz também acredita que o serviço público ideal deveria ser pautado pela transparência, pela participação e pelo controle da sociedade, no qual não houvesse corrupção ou desvio de finalidade, mas, se houvesse, fosse punida exemplarmente. “Só assim os servidores ganhariam a batalha contra a mídia, que é francamente a favor do Estado mínimo, com todos os serviços privados ou terceirizados”, conclui o assessor.

Mas, se o serviço público ainda não está à altura do povo brasileiro, é bem verdade que as condições de vida da população melhoraram bastante nas últimas décadas. De acordo com o Atlas de De-

senvolvimento Humano no Brasil 2013, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) e pela Fundação João Pinheiro, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio do país subiu de 0,493, em 1991, para 0,727, em 2010.

O aumento da expectativa de vida foi o que mais contribuiu. Ela passou de 64,7 para 73,9 anos em 19 anos. Também houve um incremento na renda do brasileiro, que subiu 14,2% nesse mesmo período. Com isso, o Brasil passou do patamar de "muito baixo" para "alto" em termos de desenvolvimento humano.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2012, reforça essa evolução dos indicadores sociais brasileiros. Segundo a pesquisa, a população extremamente pobre, cuja renda familiar per capita é de até R$ 75, caiu de 7,6 milhões de pessoas para 6,5 milhões. A população pobre também diminuiu de 19,1 milhões para 15,7 milhões.

Educação **é um direito** fundamental

A educação pública no Brasil tem apresentado melhorias nos últimos anos. Há um número maior de brasileiros na educação básica, no ensino superior e aumentou também o tempo dos brasileiros na escola em todas as regiões, embora ainda haja discrepâncias, principalmente entre o Norte e Sul do país. A educação, inclusive, foi o componente que apresentou o pior desempenho entre as variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), divulgado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil deste ano. Mesmo tendo crescido de 0,279 para 0,637 nos últimos 20 anos, a variável é a mais distante de 1, a meta ideal.

Segundo especialistas, o ideal é que aos 5 anos a criança já esteja na escola. O parâmetro para a conclusão do ensino fundamental é aos 16 anos, enquanto para o ensino médio, aos 19 anos. Se o Brasil já conseguiu colocar mais crianças na escola, principalmente devido a programas sociais como o Bolsa Família, é preciso criar mecanismos para manter esses brasileiros na escola. Em 2010, apenas 41% dos jovens de até 20 anos tinham terminado o ensino médio completo.

Mesmo com os avanços dos últimos anos, segundo o IBGE – dados de 2012 -, ainda existiam 13,2 milhões de pessoas que não foram alfabetizadas e 27,8 milhões de analfabetos funcionais. Ou seja, brasileiros acima de 15 anos que possuem de um a quatro anos de estudo. As regiões Norte e Nordeste possuem os piores índices. No Nordeste, encontram-se 54% dos analfabetos do país e, no Norte, 21,9% dos analfabetos funcionais.

Algumas mudanças estão em andamento para reverter, ou ao menos, amenizar essa situação. Segundo a Emenda Constitucional 59/2009, o governo federal tem até 2016 para ampliar a obrigatoriedade do ensino para pessoas de 4 a 17 anos de idade e expandir a cobertura dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica. Hoje, a obrigatoriedade escolar é dos 6 aos 14 anos.

Para o pesquisador e professor da UFPE, José Batista Neto, os avanços dos últimos anos ainda não foram capazes de reverter os danos causados pela política de Estado mínimo implantada no início dos anos 1990, na qual o governo federal tinha objetivo de privatizar vários setores, inclusive a educação pública. Para ele, para alavancar ainda mais a educação pública brasileira é preciso mais investimentos, como os 10% do PIB, principal bandeira de luta dos trabalhadores do setor. Hoje, o país investe apenas 5,1% do PIB na educação.

"Nós já tivemos mais do que isso no início dos anos 1960. Mas, da ditadura militar à era neoliberal, isso foi caindo e só agora retoma um pouco o crescimento. No entanto, é preciso melhorar bastante", pontua José Batista Neto. Para Heleno Araújo, presidente do Sindicato dos Professores de Pernambuco (Sintepe), além de um maior investimento proveniente do PIB, é preciso implementar o piso nacional do professor e proporcionar condições adequadas de trabalho e estudos, com gestão democrática nas escolas, na rede de ensino e no sistema de educação.

José Batista Neto lembra que, quando era ministro da educação, Fernando Haddad criou um Plano de Desenvolvimento da Educação (PED), que concebeu uma série de programas na área de financiamento, de currículo, de educação continuada, de material didático, de material escolar. Mas, hoje, é preciso um plano nacional de educação consolidado. Para ele, um grande avanço nesse sentido foi dado em 2010, na última conferência nacional

de educação, quando foi aprovada a criação de um sistema nacional unificado da educação. Isso permitirá, por exemplo, a correção das desigualdades regionais.

Hoje no Brasil existem regiões com a educação parecida com a de países europeus, enquanto em outras os índices se assemelham a países africanos. "O plano deve atacar os gargalos na educação e enfrentar os desafios de garantir o acesso de todos à educação escolar. Com ações para manter os estudantes nas escolas e proporcionar o aprendizado, além de tratar da valorização profissional, da gestão democrática e do financiamento da educação", pontua Heleno Araújo, que também é diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (FNTE).

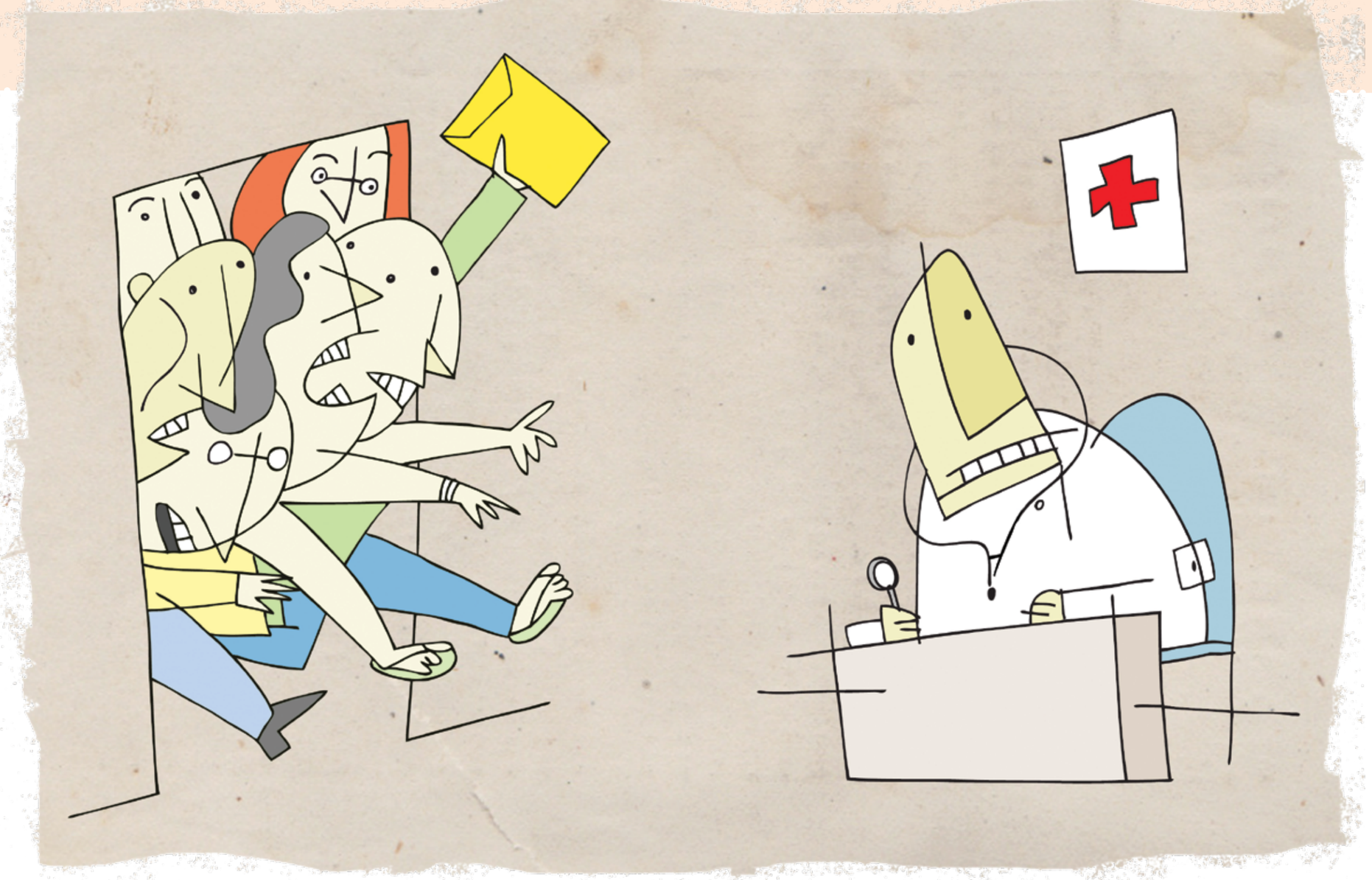
Para Heleno, "esses indicadores precisam melhorar muito para que, de fato, o Estado brasileiro possa cumprir com seu dever de garantir o direito humano à educação escolar, com qualidade e valorização dos seus profissionais".

José Batista Neto aponta como maiores desafios para a educação pública melhorar a formação dos professores; reformular os currículos para que os conteúdos estejam em sintonia com a sociedade contemporânea; contemplar a diversidade, questões como orientação sexual, compreensão das diferenças culturais, de gênero, raça e etnia; e mudar a forma de avaliar os alunos.

Heleno Araújo complementa o professor da UFPE: "O Estado brasileiro deve investir na infraestrutura das escolas para adequar e preparar o ambiente para o processo de ensino e aprendizagem; realizar concurso público e aplicar de forma integral a lei do piso salarial profissional nacional dos professores, estendendo-o, inclusive, para todos os profissionais da educação".

Outro desafio seria manter programas como o Bolsa Família, trabalhando para que um dia ele não seja mais necessário. O programa começou como Bolsa Escola, em Brasília, pelo então governador Cristovão Buarque. A proposta era proporcionar uma renda mínima de inserção social, com a obrigatoriedade da frequência das crianças na escola. Sem dúvida, o Bolsa Escola, e hoje o Bolsa Família, contribuem para o avanço da educação pública no país nesses últimos anos.

"É um programa polêmico, que tem sofrido críticas, principalmente de setores da sociedade que não suportam ver as pessoas mais pobres comendo, dividindo o consumo, viajando de avião. Setores conservadores da sociedade que preferiam o *apartheid* social", dispara José Batista Neto.



Saúde não é mercadoria. É universal!

Já se tornou clichê dizer que "a saúde pública brasileira agoniza". Clichê ou não, a questão é que um dos maiores direitos fundamentais contidos na Constituição Federal realmente está longe, muito longe, de atender sua função social. E essa total ausência ou incapacidade de o Estado brasileiro cumprir a Lei maior do país foi mote dos protestos de rua em 2013.

Por um lado, o Estado brasileiro não cumpre seu papel, por outra, a saúde vem, há muito tempo, sendo tratada como mercadoria, o que penaliza as pessoas mais carentes, que necessitam e têm direito a uma saúde pública gratuita e de qualidade. Com o lançamento do programa Mais Médicos, em julho de 2013 - quem vem contratando médicos de outros países, como Cuba, por exemplo -, o governo federal escancarou ao mundo a precariedade do serviço público brasileiro.

Faltam médicos para atuarem nas capitais, nas regiões metropolitanas e, principalmente, nas cidades do interior. As entidades médicas são contrárias ao programa porque os profissionais contratados não são obrigados a fazer de imediato o Revalida, o teste para validar o diploma estrangeiro no país. Além disso, os médicos contratados, que na maioria dos casos têm anos de experiência, recebem bolsas estudantis, sem direitos trabalhistas, como 13º salário e férias.

Mas, além dos problemas de responsabilidade do setor público, não se pode negar a resistência da grande maioria dos médicos em trabalhar com a saúde pública, uma consequência da mercantilização da área. Muitos optam por seguirem carreira como autônomos, com clínicas particulares, a se submeterem às dificuldades do SUS.

Para a diretora do Sindsep-PE e servidora do Ministério da Saúde, Lindinere Ferreira, o Brasil tem muito a ganhar com a chegada desses novos profissionais, principalmente os que são formados em Cuba. "A medicina cubana é preventiva, longe da lógica capitalista da indústria farmacêutica mundial, onde a pessoa adoece para comprar remédio", salienta.

Um dos argumentos do Ministério da Saúde é que hoje no país existe 1,8 médico por mil habitantes e o objetivo é elevar esse número para 2,7, como é na Inglaterra, por exemplo. Segundo Mario Jorge, presidente do Sindicato dos Médicos (Simepe), pelas vagas existentes hoje nos cursos de medicina no país, naturalmente em 2025 o Brasil terá 4,5 médicos por mil habitantes.

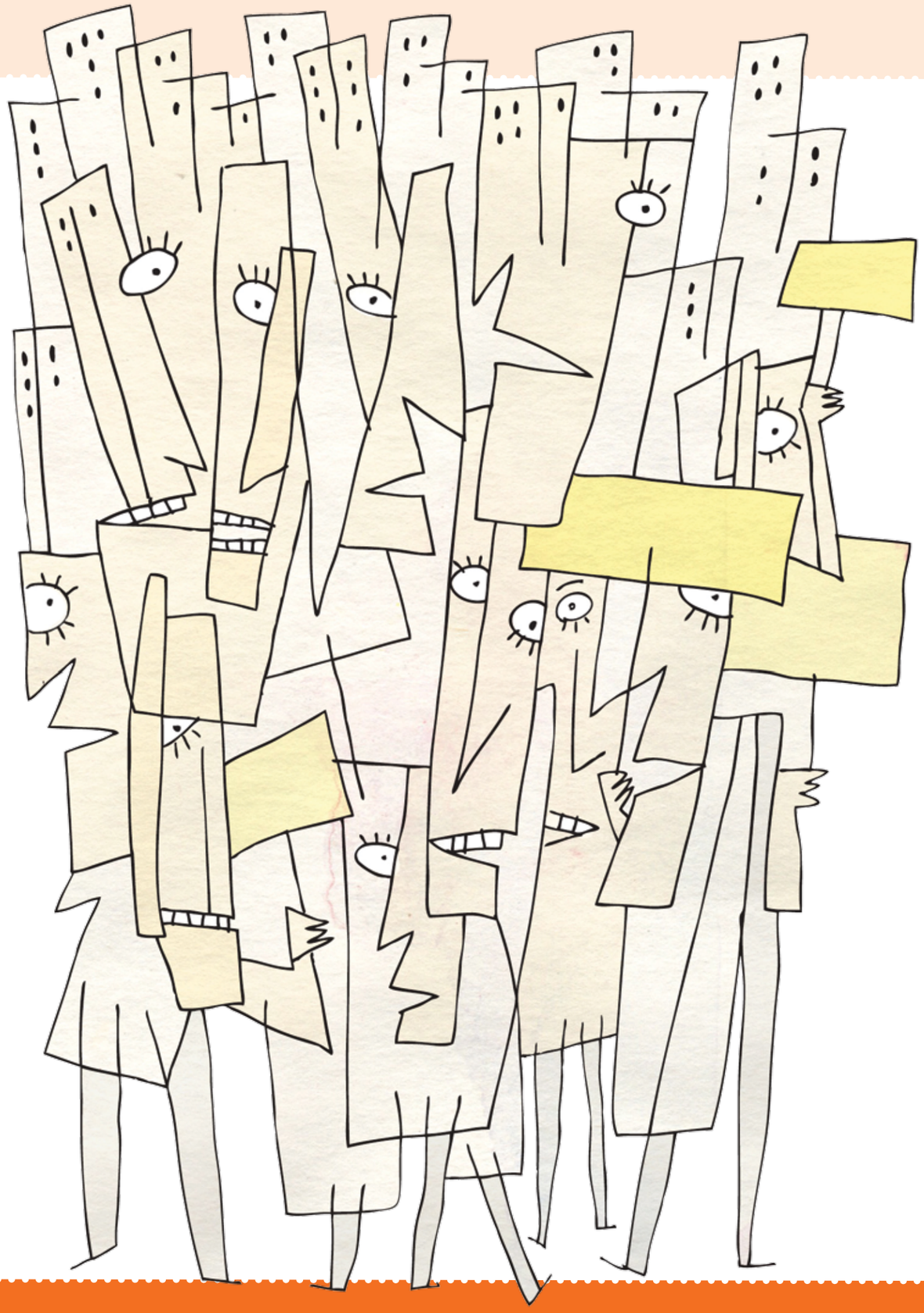
Mas, para ele, o problema não é só a falta de médicos. Também faltam estrutura e investimentos no sistema público. No país, do montante per capita destinado à área de saúde, apenas 40% vai para o SUS, os outros 60% ficam com a rede privada.

O Brasil investe menos em saúde pública do que países latinos vizinhos, como Chile e Argentina. Mesmo com o crescimento econômico obtido nos últimos anos, o país aplica apenas 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) na saúde, enquanto o Canadá e países europeus investem mais de 6%.

Para solucionar o problema da saúde pública brasileira, as entidades médicas apontam dois caminhos. O primeiro seria a criação de uma carreira nacional para o profissional de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem etc), com salários dignos e estabilidade para o trabalhador. A segunda maior bandeira de luta seria a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular Saúde Mais 10, que garante 10% da receita bruta da União para a saúde.

A carreira nacional fortaleceria o SUS e evitaria a contratação de organizações sociais e criação de fundações estatais de direito privado para gerir unidades públicas de saúde, que muitas vezes acontece por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal. "Por que não criar a carreira nacional, se fizeram leis diferenciadas para construir estádios para a copa? Existe solução, basta ter interesse político", conclui Mario Jorge, do Simepe.

Segundo o coordenador de programas do Ministério da Saúde, o médico Giliat Coelho, o SUS vive hoje um dos seus melhores momentos. Atualmente, está sendo implementado o maior programa de reforma e construção de postos de saúde da história. São 6 mil obras em andamento. No entanto, mesmo com essas reformas, a cobertura médica não ultrapassará a marca dos 60%, quando o ideal seria um posto de saúde em cada bairro.



Servidores públicos sem **negociação** coletiva

Os servidores federais estão fechando o ano de 2013 com pelo menos duas questões em aberto. A negociação coletiva do setor público não foi regulamentada e ainda tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 4330/2004, que legaliza a terceirização no país e precariza as relações de trabalho, não só no setor público como no privado.

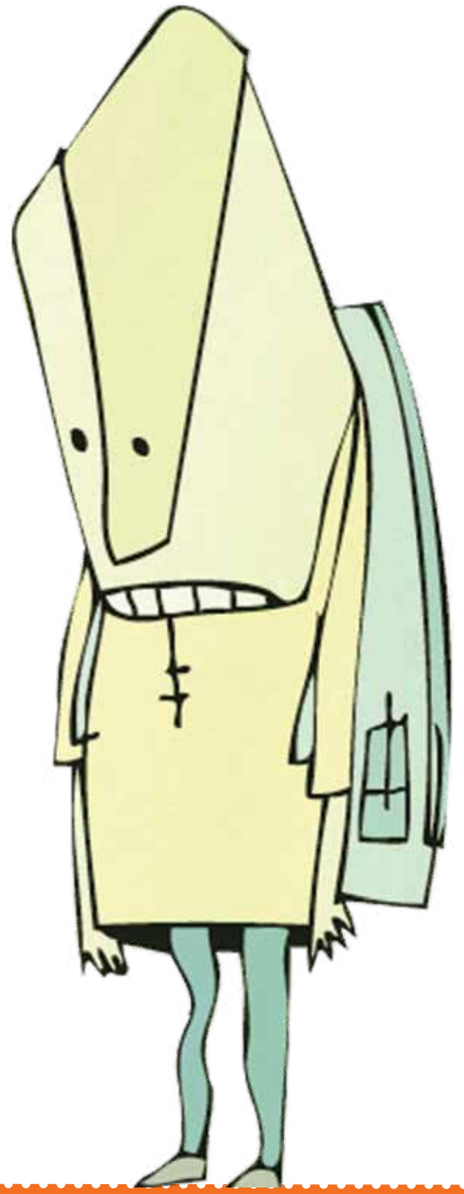
A Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece a negociação coletiva no setor público, por exemplo, foi enviada à Câmara dos Deputados em 2008 e ratificada na casa em 2010. Mas, para de fato entrar em vigor, o governo tinha até junho deste ano para enviar legislação específica ao Congresso Nacional, o que não aconteceu. Se o Executivo não fizer isso até 2014, é bem provável que essa ratificação não valha mais, o que será uma grande perda e, sobretudo, uma falta de respeito com os trabalhadores do setor público.

Em março passado, a presidenta Dilma chegou a assinar um decreto reafirmando o compromisso de fazer a regulamentação da 151. Para o diretor da Condsef e da CUT nacional, Pedro Armengol, o decreto foi para dar uma "satisfação à OIT". O sindicalista acredita que setores conservadores do governo são contrários à proposta e estão querendo distorcer o debate, atrelando a regulamentação da negociação coletiva ao direito de greve e à liberdade sindical.

Armengol explica que não existe nenhuma punição para o governo, caso ele não regulamente a Convenção 151 da OIT. "O que pode acontecer é o movimento sindical denunciar o país à OIT, o que é politicamente ruim para o governo", explica o diretor da Condsef e da CUT Nacional.

Em novembro de 2012, as centrais sindicais entregaram uma minuta de projeto de lei sobre a regulamentação da negociação coletiva ao governo. Até

Setores conservadores do governo atrelam a regulamentação da negociação coletiva ao direito de greve e à liberdade sindical



agora não se sabe se o que foi proposto pelos sindicalistas será aproveitado pelo governo, já que foi criado logo em seguida um grupo de trabalho, composto pelos ministérios do Planejamento, do Trabalho, AGU e Casa Civil.

Na verdade, a trajetória da Convenção 151 da OIT é mais antiga do que se pensa. Desde 1978, o país se comprometeu em ratificá-la, o que só acabou acontecendo 30 anos depois pelo então presidente Lula e após muita pressão das entidades nacionais da categoria como a Condsef e a CUT.

"É uma vergonha que em um país como o nosso, servidores públicos das três esferas (municipal, estadual e federal) não tenham o direito à negociação coletiva. Ou seja, não exista uma lei que obrigue os patrões, que nesse caso são os governos, a negociarem melhores salários e condições de trabalho e ainda hoje estejam os servidores à mercê da boa vontade dos gestores", pontua o coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana.

O PL 4330 é outra pendência a ser resolvida em 2014. Sob o argumento de regulamentar a terceirização no país, a matéria abre precedente para a precarização das relações de trabalho. Esse projeto permite que, em vez de contratar um trabalhador por meio de carteira assinada, uma empresa o contrate como pessoa jurídica. Um dos pontos polêmico do PL 4330 é a abrangência da terceirização. O projeto permite que a empresa terceirize qualquer tipo de serviço, quando existem áreas que são estratégicas.

Segundo dados do Ministério do Planejamento, de 100 a 200 mil vagas do serviço público federal são ocupadas por terceirizados. De acordo com o PL, só quatro carreiras públicas seriam ocupadas por concursados: policial Federal, auditor fiscal, diplomata e militar das forças armadas. Os demais trabalhadores do serviço público poderiam ser terceirizados.

"Temos um parlamento sem **compromisso** com o serviço público"

A quem interessa um serviço público falido? Falta vontade política para o Estado cumprir com a sua obrigação constitucional e oferecer um serviço público gratuito e de qualidade? Qual o papel do servidor nesse contexto? Questionamentos como esses deveriam estar sendo feito pela população e cobrados com propriedade nos protestos de rua. Para além de manifestações, as pessoas precisam entender que qualquer mudança passa pela representação política nas casas legislativas e nos executivos, como explica o coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, na entrevista a seguir, que faz um balanço da atual situação do serviço público e suas nuances.

GARRA - Nas manifestações de rua ocorridas este ano, uma das maiores queixas foi quanto às más condições do serviço público. Por que o serviço público brasileiro é falho?

SÉRGIO GOIANA - Primeiro, porque ele não é prioritário nem para prefeituras, nem governos estaduais e federal. A cada ano, nas discussões do orçamento, nunca é dada prioridade para a melhoria do serviço público. É importante registrar algumas questões: começando pelas pessoas, não se prevê concurso público, não se pensa numa organização na carreira de funcionários, para que eles possam permanecer no serviço público. Não existe a valorização profissional na carreira, reposição dos salários. Também não se pensa na condição do usuário. Só para citar alguns exemplos apontados pelo cidadão como serviços prioritários, educação e saúde. Muitas escolas não têm condição de funcionamento, para que funcionários exerçam suas atividades e o aluno tenha o que pregamos, uma educação pública e de qualidade. Os hospitais também não são priorizados pelas várias administrações públicas. E falo isso não só pela falta de vagas em unidade de UTI ou da dificuldade que uma pessoa tem para ser atendida por um especialista ou fazer um exame. A falta de cuidado com o bem público é muito preocupante. Recentemente, uma reportagem denunciou o exemplo do Hospital Oswaldo Cruz, em que praticamente nenhum dos equipamentos comprados, tudo novo, estava sendo utilizado porque a sala não estava pronta, aguardando verba. Ao invés de priorizar o serviço público, o governo se preocupou em corrigir os impostos, garantindo que todos os anos tenhamos correções muitas vezes além da inflação. A discussão do serviço público se dá no orçamento, mas, na maioria das vezes, o gestor se compromete muito mais com despesas que, na nossa avaliação, não representam para população conquistas e prioridades. Os recursos são priorizados para pagar os débitos da dívida pública.

GARRA – O senhor citou alguns serviços públicos básicos, como educação e saúde, mas além desses dois direitos básicos, a Constituição de 1988 diz que é obrigação do Estado oferecer moradia, lazer, trabalho, alimentação, assistência aos desamparados, proteção à maternidade e à infância, segurança e previdência social. O senhor não acha utópico?

SÉRGIO GOIANA - Os deputados constituintes de 88, que subscreveram a chamada Constituição cidadã, deram a grande contribuição para o país, mas ficou nisso. Mas, se nós acreditarmos que é possível construir um país em que as pessoas tenham os mesmos direitos, independente de raça ou religião, a gente precisa tornar essa utopia realidade. E isso não é fácil. O problema é quanto à política de Estado adotada por sucessivos governos, que se programam em função de seus interesses. Se houvesse uma política de Estado comprometida com a sociedade, o governante da vez teria a obrigação de cumprir o que está na Constituição. Eu costumo dizer que o sonho não é possível de ser realizado em função disso, o governo faz aquilo que acha melhor: controlar o câmbio, a inflação e o superávit primário. Consequentemente, se a prioridade é essa, o resto fica para nós, os utópicos, que não abrem mão de uma sociedade igualitária.

GARRA - O que fazer para mudar essa realidade?

SÉRGIO GOIANA - Precisamos de um reforma política grande. Eu digo reforma política no sentido amplo da coisa, que mude essa lógica eleitoral. Precisamos mudar o debate político no Congresso Nacional e dentro do governo, de que só se elege quem tem recursos, quem consegue financiamento privado. Nesse último caso, quem financia uma campanha política vai querer ter um retorno, sem dúvida. Essa realidade só poderá mudar com uma reforma política. Mudar o quadro do poder representativo é de fundamental importância. Porque hoje, do jeito que está, com o atual modelo de eleição posto no Parlamento, seja vereador, deputado estadual ou federal, não vamos avançar. É preciso modificar esse quadro para que possamos ter pessoas com visões diferentes do que está posto pelo capital. A maioria das pessoas no Brasil é eleita para atender interesse do capital, que deseja a manutenção desse quadro.

GARRA - Diante dessa realidade, das queixas de má qualidade no serviço público, qual o papel e a responsabilidade do servidor nesse contexto?

SÉRGIO GOIANA - Não entrar naquela lógica "Ah, eu sou mal pago, então não vou trabalhar". Precisa ter compromisso. A maioria entrou por concurso público. Temos que executar nova tarefa, primeiro com o contribuinte, quem paga nosso salário, inclusive nós servidores que também somos contribuintes. Temos os dois papéis, o de servidor e o de contribuinte. Em segundo lugar, ter a consciência de que precisa estar organizado na instituição sindical. Individualmente, ninguém vai a lugar nenhum, não melhora absolutamente nada. Precisamos estar dentro de uma organização sindical para que, junto com a nossa central, tenhamos a possibilidade de mudança do quadro. Considero essas duas questões fundamentais, uma que o servidor tenha consciência e, independente das dificuldades, exerça seu papel da melhor forma possível. A outra é que, exercendo seu papel de agente do Estado, participe da vida da entidade sindical, e, acima de tudo, faça o enfrentamento a todo esse

> "Temos uma representação no Congresso Nacional comprometida com empresas que prestam serviço na saúde, na educação, em vários outros setores de direitos básicos, também controlados pela iniciativa privada"

modelo posto. O papel do servidor é central, fundamental, estratégico e tem que ser exercido de forma permanente, para que, repito, possamos ter a possibilidade de modificar esse quadro.

GARRA - Além da falta de investimento no setor público dos sucessivos governos, a população ainda sai prejudicada com a tentativa de privatização de alguns serviços públicos, como é o caso da PL 92/07, que trata das fundações estatais de direito privado. Como o senhor avalia isso?

SÉRGIO GOIANA - De fato, isso é muito ruim e já o vivemos na campanha presidencial em 2002, quando o presidente Lula ganhou a eleição. A gestão anterior, a do PSDB, praticamente entregou o Estado à iniciativa privada, com tantas privatizações. Por pouco não privatizou a Petrobras, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, por muito pouco. Foi um alívio a eleição de Lula, mas, agora, em governo comandado pelo PT, assistimos novamente à volta da privatização. Para muitos, as concessões dos aeroportos são diferentes, mas na nossa avaliação não é. Primeiro, entendemos que o Estado precisa fazer o serviço público funcionar. Se ele não está funcionando, então precisamos cobrar do gestor, apontar as falhas. A população paga para ter os serviços públicos funcionando, então não é privatizando que se vai resolver. Os aeroportos estão sendo concedidos para contratos de 30, 35 anos e você pergunta: será que uma empresa vai investir num porto, num aeroporto, numa estrada, para ter prejuízo? Claro que não. Depois que ele receber essa concessão não vai querer largar esse contrato mais nunca. As coisas no Brasil funcionam dessa forma, danem-se os trabalhadores que são prejudicados e penalizados nas suas aposentadorias e salários. E esses empresários vão cuidar de ganhar dinheiro através da especulação financeira. Outra coisa, a tendência dessas concessões é ficar permanentemente. E aí eu pergunto: será que se fosse tão ruim administrar o porto, aeroportos e estradas, o capitalismo teria interesse? De jeito nenhum. O governo ao entregar, e aí não importa se é governo do PSDB ou PT, está deixando de cumprir a defesa do serviço público, da nacionalidade, dos interesses da população. Tudo isso está sendo renegado a segundo plano. Imagine se no momento da crise econômica, a gente não tivesse banco público que pudesse segurar os investimentos: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, reserva internacional, o que, para mim, é algo que não podemos modificar, independe de quem esteja governando. Se a linha de conduta for essa, temos que ir para o enfrentamento, criticar, não concordar com isso. É o nosso papel, o papel do sindicato, das entidades e dos trabalhadores, questionar todo esse modelo do capital. Porque, no nosso país, o fato de o presidente Lula ter avançado nas condições sociais, tirado milhões de brasileiros da miséria, não modifica o modelo que gere o Brasil, o capitalismo e não tem capitalismo bom. O sistema quer sugar exatamente do povo, aproveitar as benesses do Estado, ganhar dinheiro a custa do Estado. No regime capitalista, a prioridade é exatamente a lucratividade, ou seja, cada dia mais quem tem dinheiro ganha mais dinheiro e quem não tem vai continuar na miséria de sempre, na dependência do salário e das dificuldades que nós conhecemos.

> “O Estado tem feito contratos milionários com a iniciativa privada, para esta prestar um serviço público”

GARRA - Aproveitando que o senhor está falando de modelo de Estado, alguns setores preferem apostar no pior, não aceitam que o serviço público possa ser gratuito e de qualidade. Essa linha de raciocínio não estaria contribuindo ainda mais com esse cenário, somando-se aos que defendem a privatização do serviço público?

SÉRGIO GOIANA - Temos uma representação no Congresso Nacional, de deputados e senadores, comprometidos com empresas que prestam serviço na saúde, nos hospitais, na educação e em vários outros setores de direitos básicos que também são controlados pela iniciativa privada, que não tem interesse com a melhoria no transporte público, com a reforma agrária, habitação. Imagine o dono de um hospital privado, de uma organização social, de um colégio particular, ser deputado, ser secretário de Estado, como nós temos em Pernambuco. Qual o interesse desse cidadão que representa o privado ir para o Estado ocupar um cargo de secretário ou governador, um cargo público, de fazer com que as coisas públicas funcionem, se ele depende de que o público não funcione para ele poder fazer os contratos com o Estado? A verdade é essa, hoje o Estado brasileiro tem feito contratos milionários com a iniciativa privada, para esta prestar um serviço que é obrigação do Estado e um direito de todos.

O serviço público no Brasil

A qualidade dos serviços públicos deve ser analisada à luz das disponibilidades orçamentárias, das demandas reprimidas e das carências da população, da dimensão populacional e territorial do país, do número de servidores em atividade e das prioridades conferidas pelos governos às necessidades do povo. Qualquer olhar que não considere esse conjunto terá sido incompleto ou parcial.

Se considerarmos o fato de que o Brasil: 1) convive com carências seculares de políticas sociais, 2) tem uma dívida pública que

consome parcela significativa da receita, 3) possui dimensões continentais, 4) tem uma das maiores populações do mundo, e 5) dispõe de poucos servidores em atividade, proporcionalmente à população, percebe-se claramente que a má qualidade dos serviços públicos decorre de sua insuficiência.

Apesar disto, poucos países no mundo, incluindo os socialistas, possuem uma rede de proteção social tão abrangente quanto o Brasil, além de ambiciosa meta de atender universalmente a todos nas áreas de seguridade (previdência, assistência e saúde) e de educação. Em quantos países há seguridade social nos moldes da brasileira, proteção à maternidade, seguro desemprego, educação gratuita, custeados com recursos públicos? São pouquíssimos. Na esmagadora maioria, esses serviços são privados e pagos diretamente pelos cidadãos, sem subsídio nem contrapartida governamental.

Nos países em que prepondera o neoliberalismo "sejam eles ricos ou pobres"pouco se reclama da qualidade dos serviços públicos. E pela simples razão de que ou não existem serviços públicos gratuitamente ou, onde existem, são extremamente limitados, tanto em termos de setores em que são ofertados, quanto em relação aos requisitos para acesso.

Isso, entretanto, não é motivo para que se negue insuficiências e deficiências no caso brasileiro, especialmente na prestação dos serviços de saúde, educação, transporte e segurança. Todavia, não se deve deixar de reconhecer que a população os tem em caráter permanente, de modo universal e gratuitamente, diferentemente da maioria dos países. Para saber se um serviço público é bom ou ruim há de se ter parâmetros. Não vale comparar com as próprias necessidades.

A profissionalização, a meritocracia, a valorização dos servidores públicos, a contratação de mais profissionais, tanto para atendimento à população, quanto para a área de regulação, podem ajudar, e muito, na melhoria da qualidade desses serviços. Mas não se chegará à perfeição porque os recursos são limitados e as pessoas, carentes ou não, parecem insaciáveis.

O julgamento da qualidade do serviço público, portanto, deve levar em consideração a realidade. Podemos e devemos ter como meta um serviço público ideal ou de excelência e trabalhar para isso mas sem desqualificar o que temos atualmente. Se apenas criticarmos sem uma análise mais cuidadosa, estaremos colocando lenha na fogueira de quem deseja o Estado mínimo, com a privatização dos serviços públicos essenciais, que deixarão de ser gratuitos e passarão a ser pagos.

"Se apenas criticarmos sem uma análise mais cuidadosa, estaremos colocando lenha na fogueira de quem deseja o Estado mínimo, com a privatização dos serviços públicos essenciais, que deixarão de ser gratuitos e passarão a ser pagos"

Portanto, devemos, além de exigir mais investimento em pessoal, fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, com transparência, participação e controle social, sem os quais continuará havendo desperdícios, desvios e corrupção, uma das chagas do serviço público brasileiro. Os servidores e suas entidades de classe devem, além de lutar por melhores salários e condições de trabalho, perseguir esses objetivos para ganhar legitimidade no enfrentamento aos adversários do serviço público.

Antônio Augusto de Queiroz
Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Departamento de Apoio Parlamentar (Diap)

A ausência do Estado e suas consequências

O ano de 2013 foi marcado por uma onda de manifestações populares há muito não vista no Brasil. Inicialmente puxada por protesto contra o aumento das passagens dos transportes públicos de São Paulo, depois ganhou todo o país, com proporções inesperadas e pautas nem um pouco claras. Mas o recado das ruas deixou sua marca: uma insatisfação generalizada. O "gigante" que "acordou" – slogan utilizado pelos manifestantes – clamava por uma infinidade de demandas que colocou em xeque a performance de governantes e parlamentares, representantes do núcleo duro do Estado brasileiro.

Sem respostas concretas e longe de atender as necessidades básicas da sociedade, a sensação é de total descaso por parte do Estado. Mas qual o papel do Estado? Em seu preâmbulo, a Constituição Federal de 1988 afirma que o Brasil é "um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos."

Ainda de acordo com a Constituição, logo no artigo 1º, o Brasil constitui-se num Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político; construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Mais de vinte e cinco anos da promulgação da Constituição já se foram. Por que a lei maior do Brasil, considerada uma das mais avançadas do mundo, não é colocada em prática? Falta de vontade política? Falência do Estado? Por que o Estado brasileiro não cumpre seu papel? Mas essa ausência de políticas públicas não é recente. Está intrínseca à história do Brasil, um país marcado pelo patrimonialismo e pela apropriação do público para atender interesses privados, realidade essa que vem sendo acentuada ao longo dos anos.

Para o historiador, pós-doutor em direitos humanos e professor da UFPE, Marco Mondaini, não tem como avaliar as reivindicações que resultaram nos protestos de 2013, sem levar em consideração o "passivo histórico de um Estado do mal-estar social como o brasileiro, agravado pela ofensiva neoliberal dos anos 1990. Um Estado capitalista periférico de tradição patrimonialista, com quatro séculos de

escravidão e cinco de latifúndios às suas costas, caracterizado pela presença de empresários que mais parecem senhores de engenho, nutridos de mentalidade de casa-grande, os quais sempre são poupados das análises acerca das maiores mazelas brasileiras."

Mondaini vai mais além e cita as injustiças sociais como um atenuante para uma insatisfação coletiva. "O Brasil é um barril de pólvora sempre prestes a explodir, mas que, na verdade, explode diariamente, de maneira microscópica, bastando que se observem os elevadíssimos índices de violência urbana e rural existentes no nosso cotidiano para demonstrá-lo."

Para o sociólogo Nadilson Silva, doutor em Sociologia da Comunicação e professor da Unicap, a não inclusão das minorias reflete a falta de um debate democrático na sociedade. "O Estado brasileiro sempre adotou uma política que não inclui os movimentos sociais, que não estão vinculados aos seus partidos políticos. A não inclusão das minorias reflete a falta de um debate democrático na sociedade." Segundo Nadilson, o Estado brasileiro não consegue estabelecer políticas de inclusão social que realmente procurem atacar os problemas seriamente, como "políticas educacionais que possam realmente preparar as pessoas para conseguir ascender socialmente através de seus esforços. Assim é possível pensar em alguma forma de mobilidade social."

Além disso, a maneira como o Estado age para controlar a violência nas periferias – um reflexo da ausência de políticas sociais - é com a repressão policial. "O Estado faz uma política de contenção social através da polícia para que as classes mais pobres não descumpram as leis. E isso se dá com todo o desrespeito à cidadania e uso extremo da violência. Sem dúvida, a violência policial é uma das formas mais eficientes de controle social utilizada pelo Estado", justifica o sociólogo.

Um coisa é unânime entre os especialistas: a omissão do Estado nas áreas sociais e falta de políticas públicas para melhorar a situação. Identificar a origem, as reais causas das desigualdades sociais nas políticas do Estado é o passo inicial para as mudanças. Como isso irá se refletir nas urnas não sabemos, mas é passo seguinte para reverter o quadro. É de fundamental importância não eleger políticos que já tiveram a oportunidade e não fizeram nada além de legislar em benefício próprio e se envolver em casos de corrupção. E para isso, é preciso conhecer o mecanismo de gerenciamento da máquina estatal. O cidadão é o ator principal nesse processo.

A República Federativa do Brasil

Entenda como funcionam as esferas de poder no Brasil, de quem é a responsabilidade por cada âmbito

⏭ Poder Executivo
Função administrativa e política de executar as leis e fornecer os serviços públicos. Em nível federal, o Executivo é de responsabilidade do presidente da República e do vice e são auxiliados por ministros de Estado. O poder Executivo estadual é chefiado pelo governador. Cada estado tem a sua constituição, aprovada pela Assembleia Legislativa. Nos municípios, o chefe do Executivo é o prefeito. Os mandatos do presidente da República, do governador e do prefeito são de quatro anos, podendo ser reeleitos por mais quatro.

⏭ Poder Legislativo
Tem a função da criação de leis e fiscalização da administração pública, formado, em nível federal, pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, compondo o Congresso Nacional. Em nível estadual, é formado pela assembleia legislativa e, municipal, câmara dos vereadores. No Distrito Federal, o legislativo é representado pela Câmara Distrital. O Tribunal de Contas da União (TCU), responsável pelo controle e fiscalização da administração pública, também faz parte do legislativo.

⏭ Poder Judiciário
Julga, de maneira imparcial, os conflitos que surgem no país entre cidadãos, entidades e Estado. Cumprir a Constituição Federal e garantir os direitos individuais e coletivos de todos os brasileiros. O Poder Judiciário é o único entre os três que não tem, entre seus membros, pessoas eleitas pelo voto popular.

Ministério Público, um **aliado do** cidadão

Muitos dos direitos constitucionais não são cumpridos porque os representantes da população, ou seja, vereadores, deputados, senadores e governantes, deixam de atender o interesse coletivo

As lacunas e a ausência do Estado brasileiro podem ser reivindicadas judicialmente por qualquer cidadão, basta acionar o Ministério Público (MP), inclusive com denúncias anônimas, registrar queixas que serão encaminhadas para o promotor responsável, que entrará com uma ação civil pública. Segundo a promotora Maria da Glória Gonçalves Santos, somos sujeitos de direitos porque, com o nascimento, adquirimos direitos e deveres. Direitos e deveres estes assegurados em várias leis, principalmente, na Constituição Federal, a lei maior do país.

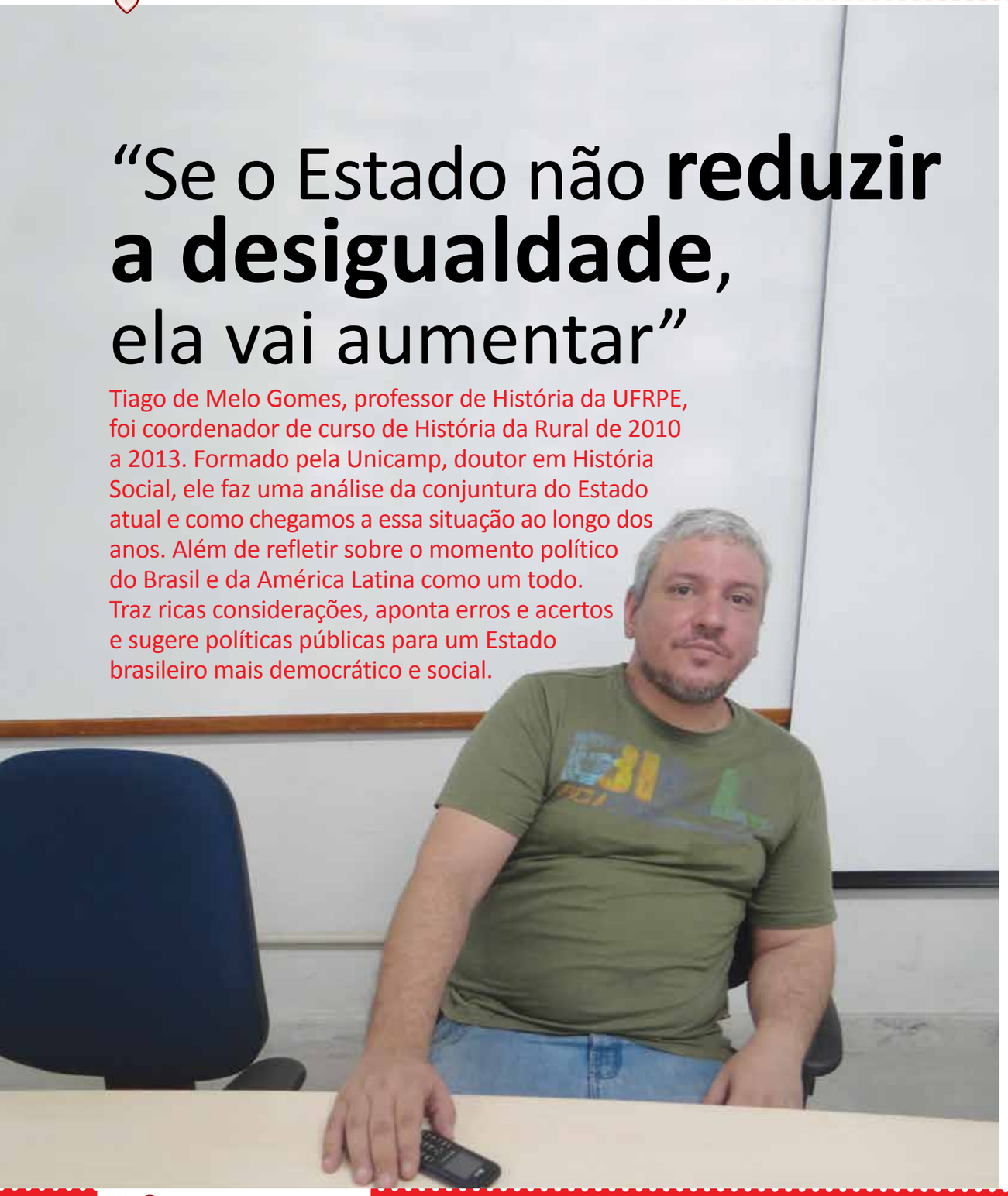
O Ministério Público tem autonomia, na estrutura do Estado, para defender as minorias. É uma instituição vital para garantir o funcionamento da democracia, pois representa a sociedade, defende os nossos direitos e fiscaliza, o cumprimento das leis. Leis que defendem o patrimônio nacional, os interesses sociais e individuais. Além de acompanhar a ação policial e recomendar melhorias nos serviços públicos prestados à população. Não pode ser extinto nem ter suas funções repassadas para outra instituição. É um órgão ligado ao poder Executivo, porque as nomeações são feitas pelo presidente da República, no âmbito federal, e pelos governadores, no âmbito estadual.

Segundo a promotora, muitos dos direitos constitucionais não são cumpridos porque os representantes da população, ou seja, vereadores, deputados, senadores e governantes, deixam de atender o interesse coletivo. "Na verdade, a culpa é toda nossa, quando elegemos qualquer um para nos representar e defender os nossos direitos. São eles que criam as leis que o Judiciário aplica para dirimir os conflitos entre os cidadãos. Muitas vezes, as leis por eles criadas têm o cunho de beneficiar seus próprios interesses em detrimento daqueles que o elegeram", explica Maria da Glória.

Ao receber uma queixa, o Ministério Público, baseado na reclamação apresentada, aciona o Judiciário e obtém o cumprimento de uma lei que não vinha sendo respeitada. "O Ministério Público é, na verdade, o defensor e representante da sociedade, podendo atuar em várias áreas, como na defesa do consumidor, criança e adolescente, idoso, patrimônio público, meio ambiente, saúde, educação."

“Se o Estado não **reduzir a desigualdade**, ela vai aumentar”

Tiago de Melo Gomes, professor de História da UFRPE, foi coordenador de curso de História da Rural de 2010 a 2013. Formado pela Unicamp, doutor em História Social, ele faz uma análise da conjuntura do Estado atual e como chegamos a essa situação ao longo dos anos. Além de refletir sobre o momento político do Brasil e da América Latina como um todo. Traz ricas considerações, aponta erros e acertos e sugere políticas públicas para um Estado brasileiro mais democrático e social.



GARRA – Qual a sua avaliação sobre o Estado brasileiro?

TIAGO MELO - Bom, em termos políticos e jurídicos, o Estado brasileiro atual se enquadra na definição de Estado de Direito, mas isso aconteceu depois de 21 anos de ditadura. A América Latina como um todo não tem uma tradição muito longa de respeito ao Estado de Direito. Precisou de uma geração marcada pela ditadura militar nos anos 60 e 70, que veio antecedida de outro conjunto de ditaduras nos anos 30 e 40, para, finalmente, no Brasil passar a ser Estado de Direito tal como descrito pelos clássicos. Por ser um país, no caso do Brasil, onde todos os poderes constituídos respeitam as leis promulgadas - e isso é pressuposto que atravessa toda sociedade -, ou seja, a Democracia, o Estado democrático, finalmente se implantou. Isso no aspecto político e jurídico, claro. Na prática as coisas são diferentes. Vamos para uma discussão social: temos uma elite instaurada no poder há 200 anos que se acostumou a ter o Estado como propriedade dela, que nunca precisou respeitar as leis, assim como a maioria da população precisava. Então, ela sente muito e se opõe a essa transformação. Na prática, o que a gente está vivendo hoje em dia, na contemporaneidade latinoamericana e brasileira, é um embate. Uma das questões que está definindo muito o que é esquerda e direita ultimamente é justamente isso: o Estado se propôs a realmente ser democrático e ampliar a ideia de direito para a questão social. A esquerda em grande medida é aquela que vem defendendo essa nova visão, enquanto a direita quer se manter presa a uma tradição latinoamericana histórica de que Estado existe para servir a elite.

GARRA – Por que a Constituição de 1988, a lei maior do Brasil, considerada uma das mais avançadas do mundo, não é colocada em prática?

TIAGO MELO - Na verdade a Constituição de 88 é filha de um processo de desagregação do regime militar. A ditadura militar brasileira teve 21 anos e, nos últimos 10, perdeu seu prestígio de um modo que no final ninguém aguentava mais. A inflação estava muito alta, a dívida externa explodiu, ou seja, aquela ditadura foi um consenso, no final, de que ela foi um fracasso. Então, a Constituição de 1988 é uma tentativa de garantir que não houvesse a repetição daquilo. Ela é fruto de uma sociedade que naquele momento especificamente era contra tudo que tinha acontecido antes. Temos dois tipos de avanço trazidos por aquela Constituição: uma é a questão dos direitos humanos, você percebe no texto constitucional a tentativa de garantir os direitos do indivíduo, que ninguém fosse preso de forma arbitrária, que não houvesse mais tortura. Nitidamente há um desenvolvimento muito grande das garantias individuais. Hoje em dia, isso é muito criticado, muitos desses avanços são vistos como medida para proteger ladrão. Com a explosão da violência urbana, muita gente vê a Justiça sendo lenta e começa a querer que esses mecanismos de controle do Estado sejam afrouxados, para que ladrão comum ou corrupto seja julgado e condenado no mesmo dia. Isso é um ponto sobre o qual a sociedade brasileira mudou muito de opinião, não por questões políticas como eram na época, mas pela violência urbana. As pessoas hoje parecem mais interessadas, o sucesso do filme Tropa de Elite mostra isso claramente, em soluções rápidas, do que necessariamente soluções justas. E por outro lado, tem o avanço da questão social: o Estado, pela primeira vez, reconheceu que é sua obrigação cuidar das pessoas mais desafortunadas socialmente. Não só vêm novidades práticas como a licença maternidade, como o reconhecimento teórico de que o Estado deve cuidar da melhoria social do país. Esses dois tipos de avanço são a grande marca da Constituição de 88.

Garra: A polícia é uma forma de controle social do Estado pelo medo?

TIAGO MELO – Teoricamente, a polícia serve para garantir o cumprimento da lei, da garantia legal. Na prática, historicamente, ela sempre foi um instrumento dos detentores do Estado. É comum que a polícia seja utilizada para garantir que os inimigos do Estado estejam controlados. Isso foi feito por diversas vezes ao longo da história e estamos vendo isso acontecer exatamente agora no Rio de Janeiro, em relação à greve dos professores (a entrevista aconteceu durante a greve dos professores no Rio) que foram violentamente agredidos; pessoas desarmadas, protestando contra o baixo salário, foram brutalmente agredidas para garantir os interesses de um Estado que não está interessado em ouvir essas pessoas. Num mundo teórico ela agiria na defesa do direito de todos, mas na prática ela simplesmente acaba garantindo a manutenção do poder do Estado atacando as pessoas que se opõem a ela, isso num nível político. Num nível social, a polícia também é muito utilizada para garantir os interesses da classe dominante, que tem muito medo da violência, dos assaltos e sequestros. Então, a polícia acaba tendendo a radicalizar o crime. Ou seja, negro é mais perigoso que branco. Negros e pobres são sempre suspeitos a princípio, até que provem o contrário. Acaba refletindo uma ideologia da classe dominante.

GARRA – Garantir direitos básicos como saúde, educação, segurança pública, habitação é uma obrigação do Estado. Mas a ausência do Estado e a presença da iniciativa privada nesses setores são claramente perceptíveis. O Estado, ao invés de garantir direitos, está privatizando-os?

TIAGO MELO - O Estado se obrigou a garantir saúde e educação para todos só que ele faz isso com a qualidade tão baixa, tão baixa, que todo mundo que tem alguma condição corre para a iniciativa privada. Nesse sentido, acaba criando uma ambiguidade perigosa, porque o texto constitucional prevê que é obrigação do Estado prover educação e saúde para todos. E isso em grande medida ele faz. Hoje você não encontra mais criança sem estudar porque não tem escola perto de casa. Temos unidades de saúde espalhadas pelo país. Teoricamente, esse é o problema: o Estado está cumprindo sua obrigação, mas, na prática, não está porque todos nós sabemos a baixíssima qualidade do serviço oferecido. Qualquer pessoa que tenha a menor condição de escapar do SUS vai fazer isso.

GARRA – Qual a maior falha do Estado brasileiro?

TIAGO MELO - O Estado brasileiro não conseguiu se livrar de uma lógica exclusiva, é uma ideia, um conceito, uma visão de mundo muito antiga no Brasil e na América Latina. É muito forte na sociedade brasileira que o Estado está aí para servir a uma elite. O Estado é propriedade dela. Essa ideia profundamente arraigada, ela ainda é encontrada mesmo nos governos de esquerda latino-americanos. Você percebe que ainda há resquícios dessa visão. No caso brasileiro, a vida urbana está se deteriorando muito rapidamente, cada vez pior, com preços altíssimos, mas isso não importa aos governos porque a elite não precisa desse serviço. A classe média alta não anda de ônibus, de metrô, de trem, então como ela não precisa desse serviço não se importa. Na visão da classe média, o Estado é para ela. Os serviços públicos no Brasil são muito ruins porque a leitura que se faz é que são serviços para pobres. Ao contrário de uma Europa, onde o Estado proporciona serviços tão bons que pessoas de classe média usam. Na Argentina e no Uruguai é assim, os filhos da classe média na escola pública. É comum. No Brasil, não. No Brasil a ideia é que escola pública, saúde pública, serviços públicos em geral são para pobre. O Estado não se preocupa e por isso a qualidade dos serviços é tão ruim. As classes média e alta não estão interessadas nisso e querem que o Estado gaste o mínimo possível, já que ela tem condição de pagar. E isso acaba sendo uma forma de status para eles, enquanto a maioria da população morre na fila do hospital público, anda de ônibus lotado, o filho estuda numa escola pública precária. Eles têm condições de pagar um bom plano,

> “A Constituição é importante porque o Estado reconheceu sua obrigação, mas para o Estado reconhecer de fato que ele tem que oferecer o melhor possível para sua população demanda tempo e muita luta ainda”

uma escola para o filho, andar com seu carrão pela rua e isso os faz se sentir diferente, especial e acima da massa. E o Estado acaba reproduzindo essa lógica quando continua oferecendo serviços de péssima qualidade. Então, acaba afetando os pobres para que a elite possa continuar desfrutando, aproveitando melhor a sua vida.

GARRA – Como aconteceu essa institucionalização do poder para elite que o senhor citou?

TIAGO MELO - No caso brasileiro, isso é algo que vem desde a independência. O Brasil fica independente de Portugal e se mantem em regime monarquista, de voto censitário, ou seja, só os ricos votavam. O século 19 foi o período da chamada construção do Estado brasileiro. Temos um sistema em que a política era coisa para elite. Naturalmente, as instituições brasileiras se construíram a partir dos interesses dessa elite. Por exemplo, o Brasil teve tráfico de escravos irregular durante 20 anos. O tráfico de escravos foi proibido em 1831 e só vai ser reprimido 20 anos depois. A elite brasileira cometeu ilegalidade, um crime na verdade, de importar escravos africanos durante 20 anos! E o Estado tolerou isso sem nenhum problema porque era interesse dessa elite. Essa lei de 31 foi feita porque a Inglaterra obrigou. Por aí, vemos uma longa tradição de que o Brasil se tornou um país independente, mas que a elite continuasse proprietária do Estado. Acaba a monarquia, entra a Primeira República ou República Velha, um período ainda pior: o Estado era propriedade das oligarquias estaduais. Cada Estado tinha a sua oligarquia que controlava o poder, então toda a economia brasileira era voltada para garantir esses produtos agrícolas que essas oligarquias produziam: se gastava fortunas para garantir o preço do café e do açúcar no mercado internacional. O Estado comprava toneladas e toneladas de café para queimar e diminuir a oferta e aumentar o preço no mercado, enquanto pessoas morriam sem nenhuma assistência social, analfabetas. O Estado não se considerava obrigado a oferecer saúde e educação. Para efeito de comparação, a Argentina transforma educação numa obrigação do Estado em 1884 e o Brasil vai fazer isso em 1962, 80 anos depois. Uma longa tradição que você não vai acabar com a Constituição. A Constituição é importante porque o Estado reconhecer sua obrigação, mas para o Estado reconhecer de fato que ele tem que oferecer o melhor possível para sua população demanda tempo e muita luta ainda.

GARRA – Que políticas públicas podem ser implantadas agora para melhorar os serviços do Estado para a população?

TIAGO MELO - Primeiro ponto é a questão do transporte. O transporte público brasileiro é uma verdadeira máfia e se paga muito caro por um serviço muito ruim. Um exemplo, em Turim você paga um valor fixo por ano e anda em todos os transportes públicos. Esse valor é de 300 euros, que não dá 900 reais. Dá algo em torno de 2,50 por dia. Com um valor desse, você anda em qualquer linha de ônibus, de trem, metrô, bonde a qualquer hora do dia. Estamos falando de algo que poderia ser feito no Brasil. E por que não se faz? Porque as empresas de ônibus são uma das maiores caixas pretas desse país, ninguém sabe por que os valores são esses. Precisamos de políticas corajosas para desafiar esse tipo de interesse estabelecido, mas é muito difícil de acontecer, infelizmente. Até a sociedade brasileira parece não perceber isso e foi se acostumando com a piora progressiva da vida urbana. A culpa é nossa também, não votamos em prefeito pensando nisso, qual prefeito oferece o melhor sistema de transporte urbano. Votamos em quem Eduardo apoia, em quem Lula apoia. Nossos critérios são esses, então não podemos reclamar. Outro ponto são os direitos mais básicos: saúde, educação etc. Temos duas situações: primeiro, investimento, que é essencial, temos que reconhecer que estamos atrasados. Hoje temos uma política de faz de conta, em que uma avaliação desse serviço, como no caso das escolas públicas, cujos parâmetros são tão baixos que qualquer escola minimamente organizada atinge boas notas nesse sistema, parecendo que está tudo muito bem, quando não está. E preciso, em primeiro lugar, ter um sistema de avaliação educacional que permita ver com mais clareza suas qualidades, defeitos e carências. Em segundo lugar, investir mais. E finalmente, é preciso ter uma visão global da sociedade que nós queremos.

GARRA – Qual o modelo de Estado que o senhor acredita?

TIAGO MELO - Nos últimos 50, 60 anos, na prática, o mundo capitalista se dividiu em dois modelos: o modelo liberal, que acredita que o Estado deve ser o menor possível, cobrar o mínimo de imposto possível, devolver o mínimo de imposto possível, que cada um lute para conseguir o melhor que puder, o que é muito forte na Inglaterra e nos Estados Unidos. Por outro lado, tem o modelo socialdemocrata, que é um modelo muito forte na Europa continental, que prega que o Estado é responsável sim pela redução da desigualdade. O Estado é responsável por garantir o melhor patamar mínimo possível para seus cidadãos e quem tiver condições de ter uma vida melhor que tenha, implica em impostos altos em troca de serviços de qualidade oferecidos pelo Estado. O modelo liberal, ainda que facilite o crescimento e não coloque amarras à produção, é muito desigual. Se o Estado não atua na redução da desigualdde, ela vai aumentar. O efeito clássico do liberalismo é o aumento da desigualdade. Não é a toa que é a ideologia de todas as elites do Planeta. Por outro lado, temos vários modelos que podemos unificar sob o termo socialdemocrata, que é o Estado tentado compensar as diferenças através de altos impostos. O que temos visto na América Latina é uma variante desse modelo socialdemocrata. Como aqui os países são pobres e as desigualdades muito grandes, o Estado ainda não conseguiu nem chegar perto do que as socialdemocracias europeias fizeram, porque lá o patamar de vida já é outro. Na América Latina, o desafio ainda é conseguir os direitos mínimos, o que cada governo, a sua maneira, tem tentado fazer. Então, entre esses dois que são as alternativas disponíveis, eu fico com a socialdemocracia, sem nenhuma dúvida, porque, bem ou mal, tem o compromisso de atuar na redução da desigualdade, de tentar alcançar uma sociedade mais justa.

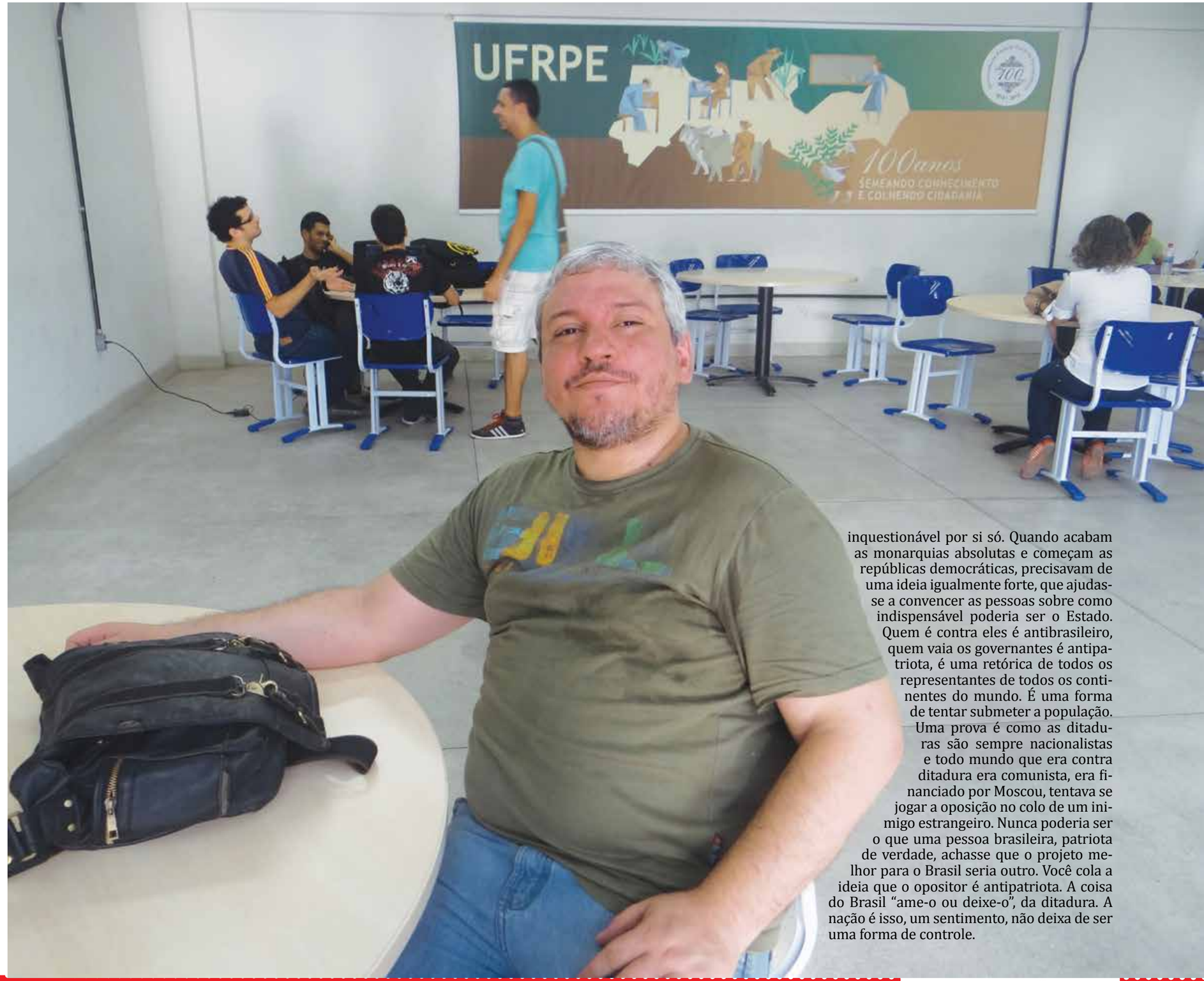
GARRA – Como a relação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário interferem nas decisões práticas do governo e na perpetuação do poder?

TIAGO MELO - Historicamente, essa diferença não está muito clara, principalmente no Brasil. Entre Legislativo e Executivo há uma longa trajetória de situações estranhas. O Judiciário é o mais independente

dos três, não precisa de voto, a pessoa que é juiz está naquele cargo para o resto da vida. No caso do mensalão, se fosse gente que precisasse de voto para se reeleger (os ministros) tinham voltado contra, mas como não precisam, se sentiram livres, para, no auge do governo Dilma, condenar vários dos acusados no mensalão, coisa que não teriam feito se precisassem de voto. O Judiciário, de certa forma, é o mais independente dos três, tem mais liberdade, digamos assim, para agir. O Executivo e o Legislativo ficam presos numa situação complicada porque o Brasil é um país presidencialista, quem exerce o poder é a Presidência da República, mas ela precisa de uma maioria parlamentar, senão não consegue aprovar nada do que precisa. Esse poder Legislativo de certa maneira é um convite à corrupção. Por exemplo, num Congresso de 500 deputados, o PT e os seus aliados mais próximos vão ter 100, 150. Eles precisam de mais, muito mais. Aconteceu no governo FHC, no governo Collor, isso torna meio inevitável um festival de troca de cargo e a própria corrupção direta acaba acontecendo. É uma situação que não vai ser uma lei que vai mudar, não vai ser um prefeito, um presidente que vai mudar. O Brasil tem dezenas de partidos, a maioria dos quais não tem ideologia definida e vários desses partidos fazem uma quantidade de votos muito grande. Você tem um PMDB que não tem nada parecido com uma ideologia e está sempre entre os com maior número de senadores e deputados. Ou seja, isso os torna muito fortes para barganhar cargos em qualquer governo. Fez isso com Collor, com Sarney, Itamar, FHC e Lula. Então o Executivo fica meio que encurralado e tem que comprar, seja através de cargo, de outros benefícios e de corrupção, o apoio desses partidos. Estamos em um sistema muito viciado para conseguir de fato certas melhorias que nós precisamos. Uma parte disso é a população parar de eleger esses candidatos sem ideologia. À medida que um presidente, um governador ou prefeito se depara com um Legislativo que é formado por uma maioria de políticos sem nenhuma ideologia, que só quer se vincular ao governo para obter benefícios, a situação fica muito difícil.

GARRA – Qual a diferença entre Estado e Nação?

TIAGO MELO - A nação é uma invenção do século 19. A nação é um sentimento, uma identidade. O Estado é um instrumento legal, definido pelas suas leis, circunscrito a determinado território. A nação é uma ideia de que todos nós brasileiros temos uma essência comum, que todos carregam dentro de si algo em comum. Ela não deixa de ser uma forma de legitimação do Estado. Até o século 19 não existia a ideia de nação porque todos obedeciam ao rei. O rei era visto como sagrado, o enviado de Deus, então ele era



inquestionável por si só. Quando acabam as monarquias absolutas e começam as repúblicas democráticas, precisavam de uma ideia igualmente forte, que ajudasse a convencer as pessoas sobre como indispensável poderia ser o Estado. Quem é contra eles é antibrasileiro, quem vaia os governantes é antipatriota, é uma retórica de todos os representantes de todos os continentes do mundo. É uma forma de tentar submeter a população. Uma prova é como as ditaduras são sempre nacionalistas e todo mundo que era contra ditadura era comunista, era financiado por Moscou, tentava se jogar a oposição no colo de um inimigo estrangeiro. Nunca poderia ser o que uma pessoa brasileira, patriota de verdade, achasse que o projeto melhor para o Brasil seria outro. Você cola a ideia que o opositor é antipatriota. A coisa do Brasil "ame-o ou deixe-o", da ditadura. A nação é isso, um sentimento, não deixa de ser uma forma de controle.

O Estado que desejamos

A sociedade brasileira – uma sociedade injusta e desigual –, diante da sua pluralidade e diversidade, carece de um Estado que tenha como principal objetivo a promoção do bem-estar social, que seja planejador, executor e fiscalizador de políticas públicas, que atendam de forma ampla às necessidades de toda a população. Um Estado que utilize a riqueza produzida pelo trabalho em benefício dos interesses sociais. Portanto, um Estado interventor, com instituições fortalecidas nos três poderes, que avance na consolidação da democracia plena e em mecanismos efetivos de controle social. Um Estado que não sirva para proteger o capital dos grandes complexos financeiros e suas "quebradeiras".

É impossível abordar esse tema sem fazer algumas considerações centrais a respeito da realidade vivenciada hoje, no Brasil e no mundo. Capitaneados pelos EUA, o sistema de dominação capitalista tenta se reinventar baseado na política da utilização da força bélica, atribuindo a possíveis nações, não tão alinhadas, "risco" para a humanidade, e interferindo militarmente em detrimento da autonomia de cada nação. Ainda se não bastasse, utiliza cinicamente sua alta tecnologia para deslavada espionagem sobre os direitos universais de privacidades individual e coletivas dos povos, tudo para manter o imperialismo norte-americano a qualquer custo. Nada de novo nessa política.

No Brasil, precisamos reconhecer alguns avanços conquistados nos últimos dez anos, como, por exemplo, a readmissão dos demitidos do governo Collor, o aumento do poder de compra do salário mínimo, o bolsa família, a Comissão da Verdade, a colocação do Brasil entre as grandes economias mundiais, o investimento na educação pública, a lei de cotas, o Programa Mais Médicos, investimento em infraestrutura, entre outros. No entanto, é verdadeiro que o projeto de sociedade que lutamos por mais de 20 anos está um tanto desfigurado, onde o governo se curva aos interesses do grande capital em detrimento do avanço na pauta da classe trabalhadora, demonstrando estar pressionado na correlação de forças do Congresso Nacional, que desloca as ações do governo mais à direita.

É necessário, urgentemente, uma reforma política ampla e abrangente que fortaleça os partidos, a fidelidade de seus programas, acabe com as legendas de aluguel, discuta o financiamento público das campanhas, e, na mesma intensidade, uma reforma tributária que torne justa a pirâmide contributiva, um projeto de crescimento das políticas públicas e do serviço público. Urge um debate sério a ser feito sobre as mobilizações de massa que estamos vivenciando. Há uma negativa ao arcabouço organizacional do poder e das organizações por parte da sociedade, daí um conflito de interesses e pautas variadas.

É preciso o entendimento por parte da sociedade brasileira que o capitalismo perverso está longe de ser derrotado, onde as movimentações das nações mais poderosas demonstram claramente que não medirão esforços para se perpetuarem. Estão dispostas a fomentar, por via eleitoral, onde couber, a junção de vários agentes políticos que há bem pouco tempo eram extremamente diferentes no discurso e na convicção política, em um bloco de direita, que seja capaz de frear definitivamente qualquer projeto de prosperidade e divisão do poder com as classes menos favorecidas.

E o Estado brasileiro está no centro do debate. Precisamos continuar atentos e intensificar nossa árdua missão em busca do fortalecimento e purificação de projetos que nos leve de fato ao Estado do bem-estar social, ao Estado socialista.

José Carlos Oliveira
Diretor da Condsef e do Sindsep-PE

“Triste é o **país** que não tem **manifestação** de rua”

A classe trabalhadora foi para as ruas nesse 2013. Os sindicatos também. Muitos deles comandados pela CUT, que se nunca deixou de estar onde sempre esteve: ao lado dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Na entrevista a seguir, o presidente da CUT Nacional, Wagner Freitas, faz um balanço do ano, das mobilizações de rua, de como o Estado se comportou e aponta o cenário para 2014.

GARRA - O ano de 2013 foi marcado por grandes manifestações. A sociedade de um modo geral foi às ruas reivindicar melhores salários, condições de trabalho e um serviço público mais digno. Como a CUT avalia essas mobilizações?

WAGNER FREITAS - Todas as mobilizações de rua têm a cara e o cheiro da CUT. A CUT vê com bons olhos. Por sinal, a juventude cutista vinha desde o início participando dessas mobilizações. Triste é o país que não tem manifestação de rua, que não tem democracia, que não tem povo participante. Nós lutamos para ter a CUT e para ter democracia justamente para ter participação.

GARRA - A voz das ruas representa a ausência do Estado? O senhor acha que o Estado vem cumprindo o seu papel?

FREITAS - O grande ganho dessas manifestações foi justamente esse: lutar por mais Estado. O Estado brasileiro não cumpre seu papel. Então, você ter transporte público de qualidade como função de Estado, saúde pública e educação pública de qualidade como função do Estado. E essas solicitações tendo sido trazidas pelas manifestações, como por sinal faz parte da pauta da CUT, é extremamente importante. Eu acho que foi um momento oportuno.

GARRA - Como o senhor avalia a atuação da classe média e da mídia nesse processo?

FREITAS - Cada vez mais você vai ter manifestações da classe média. Sabe por quê? Porque as políticas inclusivas feitas pelo governo têm constituído uma classe média mais forte. E a classe média tem essa característica e é correto: quanto mais ela avança numa conquista, mais quer que tenha outras conquistas na sequência. E o Estado brasileiro não tem estrutura para isso. Por que ocorreram essas manifestações por parte da classe média? Ela tem uma campanha salarial, tem ganhos salariais com as campanhas feitas pelos seus sindicatos. Agora, esses ganhos salariais, em vez de dar conforto, acabam sendo utilizados para pagar serviços que o Estado deveria prestar. Aí você acaba tirando a criança da escola pública para colocar na privada. O SUS é bom, mas poderia ser melhor. Então, você não consegue ser atendido rápido e compra plano de saúde privado. Esses ganhos acabam não trazendo satisfação. A mídia brasileira, por outro lado, é o partido de oposição. Você não tem liberdade de expressão e comunicação no Brasil. O que você tem é a detenção dos meios de comunicação e criação de opinião a partir de meia dúzia de donos de veículos de comunicação. O início do protesto da juventude foi correto, com proposta até ultraprogressistas. Foi depois, pela mídia, transformado numa tentativa de golpe contra o governo da presidenta Dilma. Deram com os burros n’água, mas tentaram.

GARRA - Quais são as estratégias da CUT para enfrentar a conjuntura atual de manifestações populares no Brasil e de crise econômica mundial?

FREITAS - A CUT está tentando olhar além do seu tempo. Temos que ter política para a juventude, para as mulheres, para o operário, enfim, para todos os segmentos da sociedade. A gente tem que entender o que é fazer movimento sindical, num momento de crescimento do PIB, num governo democrático e popular. Temos que nos preparar para tudo isso. A mudança no mundo do trabalho tem preocupado muito a CUT. As categorias que formaram a CUT, que são as pilastras da Central, talvez não sejam essas as grandes bases da CUT daqui por diante. Estamos preocupados com isso e tentando fazer o que ela sempre fez: estar além do seu tempo, ao lado da classe trabalhadora.

GARRA - Para os trabalhadores, o que representa esse momento?

FREITAS - Eu sou trabalhador há 32 anos e sei que é o melhor momento para a classe trabalhadora. Já vivemos o momento da ditadura, da carestia, do neoliberalismo, da alta da inflação, todos eles nefastos para a classe trabalhadora. Mas, nos últimos dez anos, a classe trabalhadora tem conseguido aumento real, além de outros ganhos sociais. Então, eu acho que a classe trabalhadora está num momento em que ela se robustece. Agora, a gente tem que dar um sentido político para isso virar mobilização e para o trabalhador ganhar mais.

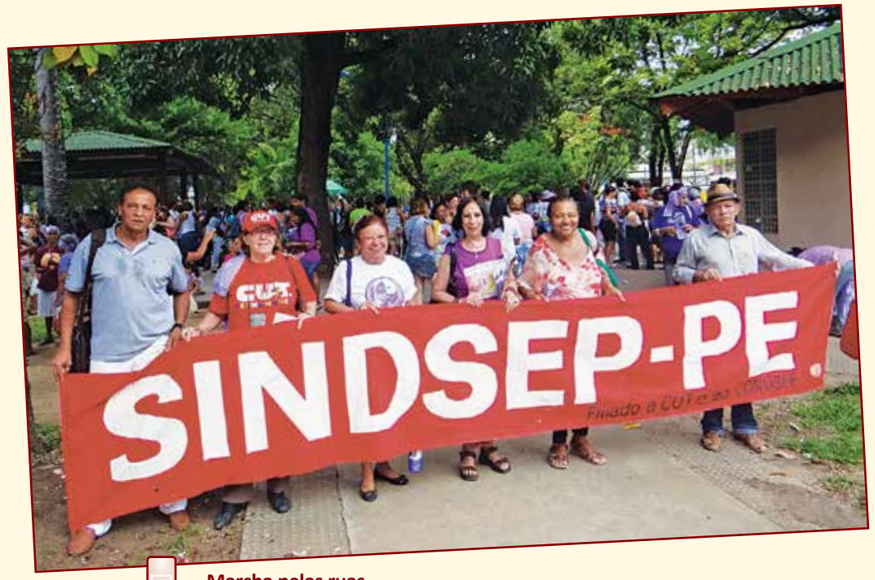
Janeiro

Aposentado em dia de festa

O Dia do Aposentado foi celebrado pelo Sindsep-PE no dia 30 de janeiro, em um evento organizado pelo Núcleo de Aposentados e Pensionistas do sindicato. O encontro aconteceu no salão Paroquial da Igreja da Soledade e teve palestra ministrada pelo teólogo e pesquisador da Unicap, João Luiz Correia Júnior, e pela professora Maria Rocio.

Retrocesso em Brasília

O deputado federal da bancada evangélica, Marco Feliciano (PSC-SP), foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, apesar dos inúmeros protestos nos quatro cantos do Brasil. Um preconceituoso, homofóbico e racista. Uma contradição sem tamanho. Como pode uma pessoa tão limitada em sua visão de mundo e ideias representar as minorias? Um contraste sem tamanho.



Marcha pelas ruas do Recife lembra o Dia da Mulher

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, foi comemorado pela Secretaria de Mulheres da CUT e mais 14 entidades, entre elas, o Sindsep, fóruns e movimentos populares da sociedade civil organizada. Houve um ato público unificado com rodas de diálogo e marcha pelas ruas do Recife. Elas se concentraram na rua do Hospício, em frente à Câmera dos Vereadores, e ,de lá, foram em caminhada até a praça do Carmo. Em meio à manifestação, uma categoria tinha motivos de sobra para comemorar: as domésticas, pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 478.

Fevereiro

Campanha salarial na rua

Brasília foi o pontapé inicial da campanha salarial dos servidores federais, lançada nacionalmente no dia 20 de fevereiro, com um ato público em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em Brasília. Os manifestantes solicitaram audiência com a ministra da pasta Miriam Belchior, mas não foram atendidos.

Abra o Olho empolga servidores no Carnaval

O bloco carnavalesco Abra o Olho completou 15 anos em 2013 e, na sexta-feira de Carnaval, levou festa e alegria aos servidores, além da conscientização política dos foliões com o tema *Segue à Esquerda, Brasil*. O desfile coloriu ainda mais a sexta-feira gorda, percorrendo as principais avenidas do centro do Recife. Mais de mil pessoas agitaram o corredor da folia.

Sindsep presente no interior do Estado

Para melhorar o atendimento aos filiados e intensificar a luta, o Sindsep continuou com a descentralização de suas atividades. Através do trabalho das diretorias territoriais de base que administram as sedes e as subsedes do sindicado da Zona da Mata, Agreste e Sertão, o sindicato esteve forte nessas regiões.

Março

Campanha salarial em PE

No dia 12 de março, o Sindsep-PE iniciou às assembleias da campanha salarial 2013. Como nos anos anteriores, o coordenador geral do sindicato, Sérgio Goiana, acompanhado de alguns diretores, começou percorrendo os órgãos federais do Recife e da Região Metropolitana. Quem abriu as reuniões foi a trupe da TV Sindical, um grupo de teatro que apresentou, de forma crítica e irreverente, a dura realidade do serviço e do servidor público. Entre as assembleias realizadas na primeira quinzena de março contam-se: SRTE, DNPM, Funai Recife, AGU PRU-5/DAS e DNOCS.
Os eixos de luta dos federais reivindicados foram: paridade entre os ativos, aposentados e pensionistas, regulamentação da negociação coletiva e criação de data-base, política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações, cumprimento, por parte do governo, dos acordos e protocolos formados com os servidores, contra qualquer reforma que retire direito dos trabalhadores, reajuste de benefícios, retirada de matérias que tramitam no Congresso e são prejudiciais à categoria.

TV e rádios universitárias mais democráticas

Nos dias 12, 13 e 14 de março o núcleo de TV e Rádios Universitárias (NTVRU) da UFPE promoveram a 1° Semana da Comunicação Pública para discutir produção de conteúdo, controle social, marco regulatório e democratização da comunicação no país. Antes, no dia 6 de fevereiro, tinha realizado uma audiência pública para falar sobre programação e metodologia para a inclusão de produções independentes na grade da TV Universitária, canal 11, e com a participação da sociedade nesse processo. Todas essas iniciativas fazem parte da proposta de gestão da atual diretoria e tem a missão de reestruturar o órgão, a começar pelo núcleo de Rádio e TV da UFPE. O Sindsep-PE acompanhou todo esse processo e defende uma TV pública com a participação da sociedade.

Abril

Grande final do Prêmio Sindsep de Jornalismo

O I Prêmio Sindsep-PE de Jornalismo, uma iniciativa da entidade em parceria com o Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco para estimular o desenvolvimento do jornalismo local e a forma como é abordado o setor público nos meios de comunicação, foi um sucesso. A solenidade de entrega dos prêmios aos vencedores contou com a participação do coordenador geral do sindicato, Sérgio Goiana, da secretária geral Graça Oliveira, do secretário de imprensa, Fernando Lima e da presidente do Sindicato dos Jornalistas, Ana Cláudia Eloi. A premiação aconteceu durante almoço, no dia 3 de abril, no restaurante Capitão Lima, em Santo Amaro. Os premiados foram Ana Cláudia Dolores, em primeiro lugar, com a reportagem *O Direito de Mudar de Sexo*, e, em segundo, Raphael Guerra Chaves, com a matéria *Ministério Público do Trabalho evita Tráfico Humano*. Ambos são do Diario de Pernambuco.

Marcha em Brasília e plenárias setoriais

Cerca de 20 mil pessoas participaram, no dia 24 de abril, em Brasília, da marcha dos servidores federais. Representantes de todos os estados, inclusive Pernambuco, foram até a capital federal protestar contra a reforma da previdência aprovada no governo Lula e exigir negociação com o funcionalismo. A secretária geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira, participou da atividade.

Maio

Campanha chega ao interior de Pernambuco

Em maio, o Sindsep pegou a estrada e levou a campanha salarial para o interior do Estado, da Zona da Mata Norte e Sul ao Agreste e Sertão pernambucanos. Passando por Vitória de Santo Antão, IFPE de Vitória de Santo Antão, IF Barreiros, UFRPE de Carpina, Cepene, Palmares, Ribeirão, Limoeiro, Garanhuns, Caruaru, Pesqueira e Belo Jardim. Nas assembleias realizadas entre os dias 22 de abril e 8 de maio foram divulgados os eixos da campanha salarial, discutidas ponto a ponto e também estimularam a participação dos trabalhadores nas atividades desenvolvidas pelo sindicato.
No final de maio, o Sindsep encerrou o calendário de assembleias da campanha salarial em Pernambuco. Foram quase 30 assembleias em órgãos do Recife e Região Metropolitana, e outras 23 realizadas em municípios do interior do Estado. Do litoral ao Sertão, os servidores federais puderam acompanhar a divulgação dos eixos da pauta 2013 da categoria. O coordenador esteve presente em todas elas.

Sindsep-PE no Conselho Estadual de Saúde

No dia 4 de maio, o servidor José Ribeiro, da Funasa, foi sucedido pelo diretor territorial de Base, José Francisco de Assis Barbosa, também da Funasa, e por um dos coordenadores do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sindsep, Laércio Vicente, como representante do Sindsep no Conselho Estadual de Saúde. O novo diretor tem como meta para sua gestão continuar a luta contra a privatização do SUS e qualquer forma de precarização das relações de trabalho.

Sindicato na 2ª Conferência Municipal de Saúde

Durante os dias 27, 28 e 29 de maio, o Sindsep, através da diretora de base Carmem Santana; da representante sindical da base Maria Belisa; e dos filiados João Carlos e Cleide Correia, participou da 2ª Conferência Municipal de Saúde da cidade de Palmares.

Muita insatisfação e queixas dos servidores

A insatisfação é geral entre os servidores federais. Foi o que ficou claro nas assembleias da campanha salarial que o Sindsep-PE realizou nos meses de março e abril. Entre os motivos dessa inquietação estão o não cumprimento dos acordos por parte do governo; distorções salariais e de benefícios; insuficiência na quantidade de concurso público e terceirização.

Os 24 anos do Sindsep

O Sindsep comemorou junto aos servidores seu aniversário de 24 anos. O local escolhido foi a Blue Angel da Benfica, com festa realizada no dia 10 de maio. A data oficial é 19 de março. A animação tomou conta dos servidores com música para todos os gostos musicais do samba ao frevo. Antes da festa, um momento político foi marcado pelos discursos da secretária geral, Graça Oliveira, do coordenador geral Sérgio Goiana e José Carlos Oliveira, como representante da Condsef. Como acontece há alguns anos, a descentralização das comemorações de aniversário levou as celebrações para os polos do interior. Em Salgueiro, após assembleia para divulgar os eixos de luta da campanha salarial 2013, realizou festa no dia 16 de maio. E Petrolina e Palmares, no dia 14 de junho.

Junho

A rua é do povo

O mês de junho foi marcado pelas manifestações de rua iniciadas pelo Movimento Passe Livre. O aumento de 20 centavos na passagem de ônibus em São Paulo foi o estopim para uma verdadeira revolta com tudo que é injusto nesse país. No dia 20 de junho, todas as capitais brasileiras realizam passeatas, consideradas os maiores protestos de rua dos últimos 20 anos. O que começou em junho se estendeu durante todo o restante do ano, o que já coloca 2013 como um ano histórico.

Sindsep autorizado a se reunir no II Comar

No dia 20 de junho, o coordenador geral do Sindsep, Sérgio Goiana, e a diretora da Secretaria de Políticas Públicas do sindicato, Lindinere Jane Ferreira, estiveram reunidos com o comandante do II Comar (Comando Aéreo Regional), major-brigadeiro Luiz Fernando Bastos. Na ocasião, os sindicalistas reivindicaram a realização de atividades da entidade na unidade militar, visando ao atendimento dos servidores civis, que fazem parte da base do sindicato. A demanda foi aceita pelo comandante, que acolheu a reivindicação, mas com a condição das atividades não terem conteúdo político.

Julho

Movimento sindical de luto

O Sindsep teve uma grande perda em 2013: Alberto Wanderely de Oliveira, diretor de Sindicalização do Sindsep e também da Condsef. Beto, como era chamado, foi vítima de um acidente vascular cerebral, mas não resistiu e faleceu aos 55 anos, no dia 20 de julho.

Sindicato no Dia Nacional de Lutas

Centenas de trabalhadores acolheram a convocação das centrais sindicais e saíram às ruas em todo o Brasil para participar do Dia Nacional de Lutas, no dia 11 de julho. No Recife, a manifestação foi marcada por uma passeata que reuniu milhares de pessoas na avenida Conde da Boa Vista. O Sindsep marcou presença na manifestação junto com MST, CUT e demais centrais. Democratização dos meios de comunicação, suspensão do leilão do petróleo, fim do fator previdenciário e reforma política foram alguns dos pontos da pauta nacional dos protestos.

Servidores do Dnit entram em grave

Depois de inúmeras tentativas de negociação com o governo, no dia 9 de julho os servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em Pernambuco aderiram à greve nacional do setor, iniciada em 25 de julho em nível nacional. Os grevistas lutavam pela reestruturação do órgão, da carreira específica e reivindicavam mais concursos públicos para atender à demanda de pessoal que está defasada e vem sendo suprida por terceirizados. A greve foi encerrada no dia 9 de setembro, infelizmente, sem qualquer acordo. Os grevistas não aceitaram o reajusto de 15,8%.

Frente parlamentar para intoxicados

Em audiência pública no Mato Grosso do Sul, no início do mês de julho, para discutir a situação dos servidores da Funasa (ex-Sucam), que provavelmente foram intoxicados pelo manuseio incorreto de inseticidas como o DDT e Malathion, o parlamentar Nilson Leitão (PSDB-MT) se comprometeu em ajudar esses servidores, criando uma comissão para tratar do assunto. O objetivo é aprovar dois projetos de lei sobre o tema: PL 3525/12 e PL 4973/09. Um dos projetos prevê criação de uma pensão mensal vitalícia para os servidores da ex-Sucam portadores de doenças graves em decorrência da contaminação por DDT.

XI Consindsep com foco na economia brasileira

De 13 a 16 de agosto, o Sindsep-PE realizou o evento mais importante da entidade, o XI Congresso Estadual do Sindsep, o Consindsep. O evento contou com a participação de mais de 200 delegados, que representaram os servidores de todos os órgãos federais e regiões de Pernambuco, e a presença de líderes sindicais e políticos. Foram quatro dias com palestras, mesas de debates, grupos de trabalho e a plenária final que aprovou o plano de lutas dos servidores para os próximos anos (ver ao lado).
O coordenador geral do sindicato, Sérgio Goiana, destacou a importância do congresso para os servidores e a discussão sobre o serviço público de qualidade e o despertar para o surgimento de novos dirigentes sindicais. Goiana, ao final do Congresso, apresentou um documento ratificando o compromisso da entidade em continuar defendendo os interesses dos servidores federais. Entre os temas discutidos na programação estavam Seguridade Social e saúde. Entre os palestrantes, o diretor do Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar (Diap), Antônio Queiroz, e o médico Stemberg Farias.

Agosto

Plano de lutas aprovado no Consindsep

- Manter a luta em defesa da reconstrução do serviço público gratuito, ágil e de qualidade
- Exigir a incorporação de todas as gratificações e combater as gratificações produtivistas
- Combater a política econômica excludente e concentradora de renda
- Intensificar a luta pela implantação de uma política salarial que garanta a reposição das perdas salariais dos servidores públicos
- Continuar a luta pela democratização das relações de trabalho no setor público
- Garantir a paridade entre ativos/aposentados/pensionistas
- Construir estratégias para sensibilizar a base filiada sobre a importância da participação nas atividades promovidas pelo Sindsep-PE, Condsef e CUT
- Garantir o mais amplo e irrestrito direito de greve
- Lutar pela reforma agrária, como uma política de governo, revitalizando o Incra como instrumento da política e seus agentes, e ampliação de seus recursos orçamentários e financeiros
- Não às privatizações e à parceria público privado; pela reestatização das empresas públicas
- Isonomia dentro do Executivo, com o Legislativo e Judiciário
- Contra o assédio moral nos locais de trabalho
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores(as)
- Plano de formação sindical que contemple eixos temáticos sobre raça gênero, saúde e outros
- Negociações unificadas: evitar a fragmentação das nossas reivindicações, através de negociações parciais e isoladas na lógica do “salve-se quem puder”
- Defesa da CUT, Condsef e dos sindicatos gerais, respeitando-se as organizações específicas existentes e construindo dia a dia a unificação
- Regulamentação da Negociação Coletiva na Administração Pública (Convenção 151 da OIT)
- Consultar a SPU (Superintendência do Patrimônio da União) sobre a disponibilidade de cessão ao Sindsep-PE de terreno da União fora do seu interesse para a construção de espaço de qualificação da saúde e voltado à melhoria da qualidade de vida de seus filiados
- Fim da avaliação de desempenho dos servidores, pois esse modelo vigente não atende aos trabalhadores, modificando a atual política de avaliação de desempenho adotado pelo governo
- Defender a proposta de reforma política, apresentada pela CUT e Movimentos Sociais
- Que o Sindsep-PE realize reuniões mensais com os delegados de base da capital e bimensais com os do interior, de forma regionalizada
- Garantir a vigilância e promoção à saúde instituída na PASS (Política de Atenção à Saúde do Servidor), implantando as comissões de saúde do servidor nos locais de trabalho multi-profissional.
- Intensificar a luta por uma política de gestão de trabalho, garantindo a incorporação de todas as gratificações no salário base e combater as gratificações produtivistas, combate ao assédio moral e todas as outras violências no trabalho
- Criar projeto permanente de modernização das formas de mobilização e articulação da nossa base sindical e social
- Articular junto à Condsef e Funasa/MS a implantação de unidades do SIASS nas macrorregionais do estado para atender ao conjunto dos servidores federais no interior
- Intensificar a sindicalização nas bases com campanhas permanentes
- Encaminhamento via Condsef no sentido de solicitar do Governo Federal, abertura imediata de concursos públicos, mediante levantamento de vagas nos órgãos da administração federal
- Construir coletivos de saúde, raça, etnia e reconstruir o coletivo de gênero, garantindo a participação da base filiada nos coletivos
- Realizar anualmente plenárias de gênero, raça/etnia, saúde do servidor, políticas públicas, controle social (conselheiros em geral)
- Exigir transparência das decisões do governo que possam prejudicar ou beneficiar os servidores
- Intensificar a luta contra a implantação da EBSERH, nos hospitais universitários federais, que podem significar o começo da privatização através de convênios com a rede privada de Saúde, desviando a sua verdadeira concepção de hospital-escola na formação acadêmica e no atendimento à população de baixa renda
- Lutar pela reforma do Judiciário
- Construir calendário de plantão jurídico na base de acordo com as demandas solicitadas
- Atualizar o site jurídico do Sindsep-PE
- Lutar pela revisão do enquadramento (racionalização de cargos), dos técnicos administrativos, dos IFES e IF, dentro da Lei nº 11.091/2005, na qual a maioria encontra-se na classe “C”, para passar a “D”, a exemplo dos vigilantes
- Que a renda obtida pelo pré-sal seja dividida meio a meio, isto é, 50% para a saúde e 50% para a educação
- Que o jornal Garra mensal traga o encarte com informe jurídico sobre os processos sempre que houver demanda
- Lutar de forma intransigente contra o avanço desenfreado das terceirizações no âmbito de todas as esferas, federal, estadual e municipal
- Continuar lutando para que os efeitos da Lei 12.277 que beneficiou as categorias profissionais de engenheiro, economista, arquiteto, geólogo e estatístico, sejam estendidos às demais categorias do serviço público.
- Saúde preventiva nas organizações, pressão a favor da PEC 555/2006 para extinção da cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas

Agosto

Trabalhadores reagem a projeto que regulamenta terceirização

No dia 13 de agosto, centenas de trabalhadores de sindicatos filiados à CUT e demais centrais sindicais fizeram vigília em frente ao Congresso Nacional para impedir a votação do projeto de lei 4330/04 que prejudica os trabalhadores. No Recife, dia 6 de agosto, filiados ao Sindsep se uniram aos representantes de outros sindicatos e pararam a avenida Cruz Cabugá, em frente ao prédio da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), uma das defensoras da proposta.

Sindsep se reúne com servidores do II Comar

No início de agosto, o Sindsep visitou o Ministério da Defesa. O seu coordenador geral, Sérgio Goiana, apresentou a pauta 2013 dos servidores federais que estava sendo negociada com o governo e explicou ponto a ponto para os trabalhadores os eixos da pauta.

Sindsep ingressa com ação contra MPOG

Com base no artigo 192 da Lei 8.112/90, o Sindsep entrou com um processo jurídico a favor dos servidores para impedir a cobrança de valores já recebidos. A decisão vai beneficiar todos os servidores do Ministério do Planejamento, além de abrir precedentes para outros órgãos.

Condsef quer antecipar parcela de reajuste previsto para 2015

A Condsef e os sindicatos da sua base estão lutando pela antecipação da última parcela do reajuste de 15,8%, negociado em 2012, com base no aumento da inflação. De acordo com cálculos feitos pelo Dieese, servidores tiveram perda salarial acima do esperado. O índice de inflação será de 18,48% entre 2012 e 2014, segundo estudo feito pelo Dieese, baseado na projeção de economistas feitas para o IPCA.

Governo ignora pautas do Dnit e do DNPM

Perdemos a batalha, mas não a guerra. Com essa premissa podemos definir o que aconteceu com os servidores do Dnit, que realizaram uma greve nacional de mais de dois meses. Assim como fez com os servidores do DNPM, o governo ofereceu ao Dnit duas parcelas de reajuste, totalizando 15,8%. Desde que rejeitaram a proposta na campanha salarial 2012, esses dois setores têm tentado dialogar com o governo, na busca por negociar pautas específicas.

Conflito de gerações em palestra no sindicato

Para celebrar o Dia dos Pais, o Núcleo dos Aposentados realizou uma palestra na sede do Sindsep, no dia 8 de agosto, com o tema Conflito de Gerações ministrado pela palestrante Irinea Cantarino, professora e coordenadora da clínica de psicologia da Unicap. Na abertura, o coordenador geral do Sindsep, Sérgio Goiana, ressaltou a importância do tema e também discorreu sobre sua experiência como pai.
A apresentação de Irinea foi bastante interativa, com a participação dos aposentados numa conversa coletiva, partilhando suas histórias de vida e percepção do tema.

Servidores paralisam atividades no Dia Nacional de Luta

No dia 30 de agosto, os servidores federais ouviram o chamado da CUT e aderiram ao Dia Nacional de Luta, realizando paralisações e mobilizações nos órgãos federais. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Incra, Ibama e Superintendência Federal de Agricultura (SFA), Funai, Ministério do Trabalho, Receita Federal , foram órgãos que aderiram à luta pelo arquivamento do projeto de lei (PL) 4330.

Setembro

Em prol da juventude e da inclusão social

Já é tradição. O feriado de 7 de Setembro é reservado ao Grito dos Excluídos. E esse ano não foi diferente. Nem a chuva atrapalhou a 19° edição da atividade, que teve como tema *Juventude que ousa lutar, constrói um projeto popular*. Muita gente foi para as ruas para clamar por justiça, mais igualdade entre as pessoas. Entre as propostas: reforma agrária, democratização da comunicação, garantia dos direitos das crianças e adolescentes, saúde e educação.

Debate sobre negociação coletiva no setor público

Em setembro, o Sindsep sediou a II Jornada de Debates do Dieese sobre o Serviço Público e uma das atividades foi à palestra Desafios da Negociação Coletiva no Setor Público: Finanças e Transferências Governamentais, realizada no dia 17. O evento contou com a presença da CUT e centrais sindicais, da Fetape, além de vários sindicatos como o Sintepe, Sinpro, Sindicato dos Bancários, Enfermeiros e Odontólogos. Na abertura, estavam presentes o coordenador geral, Sérgio Goiana, e a secretária geral, Graça Oliveira, que também faz parte da direção executiva nacional do Dieese.

Vitórias Jurídicas para servidores

Em setembro, o Sindsep conseguiu duas vitórias importantes na Justiça para os seus associados. A primeira foi impedir que os aposentados do PGPE que recebem a rubrica Artigo 192, devolvessem um valor supostamente maior que teria recebido. A segunda foi garantir a paridade da gratificação GDPGPE aos aposentados e pensionistas em relação aos ativos. Mas, muitos servidores estavam recebendo cartas de escritórios "fantasmas" informando que eles ganharam ações na Justiça e que para recebê-las precisavam depositar 10% do valor da suposta ação. Infelizmente, muitas pessoas acreditaram nessa história e caíram no golpe.

A importância do petróleo em debate no Sindsep

O movimento sindical é contra a entrega das reservas nacionais às empresas privadas, principalmente as estrangeiras. Por isso, o Sindsep iniciou uma rodada de debates para discutir sobre o assunto. A Lei 9478/97, que rege os leilões, estabelece que as empresas exploradoras de petróleo fiquem com 90% do lucro e repassem 10% ao Estado. O debate aconteceu no dia 19 de setembro e contou com a presença de membros da CUT, do Sindicato dos Petroleiros de Pernambuco e da Paraíba e da Federação Única dos Petroleiros (FUP). Essa iniciativa faz parte do projeto do Sindsep que pretende mensalmente debater sobre os assuntos da atualidade.

Eleita delegação pernambucana que vai participar do XI Concondsef

Cento e vinte seis servidores federais foram eleitos para representar Pernambuco no XI Congresso Nacional do Condsef, previsto para acontecer de 11 a 15 de dezembro, em Beberibe, no Ceará. O tema do evento é *Para defender direitos é preciso se manter livre*. Dos 126 delegados, 122 foram eleitos em assembleias nos órgãos, três são natos por serem diretores da Condsef, e um foi indicado pela direção do Sindsep e referendado em assembleia.

Oficina sobre saúde do trabalhador no II Comar

Ao longo do ano, várias oficinas foram realizadas como parte das atividades da rede Vida Viva, representada no Sindsep pelos diretores Eduardo Garcia e Lindinere Ferreira. Em setembro, o Sindsep, junto a representantes sindicais de base do Ministério da Defesa, realizou uma Oficina sobre a Saúde do Trabalhador no II Comar, setor do Ministério da Aeronáutica, sobre a saúde do trabalhador.

Plenária e show nos 30 anos da CUT

A CUT-PE comemorou 30 anos no dia 28 de setembro. E para celebrar, foram realizadas duas atividades: a plenária sindical, no auditório do Sindicato dos Bancários, sobre as perspectivas e desafios da CUT no cenário atual, e a outra foi um ato político-festivo, na sede da entidade, com o show do grupo Quinteto Violado.

Encontro Nacional de Monitores da Viva Vida

Nos dias 26, 27 e 28 de setembro, o Sindsep sediou o I Encontro Nacional dos Monitores da Rede Viva Vida. Na cerimônia de abertura, houve apresentação da TV Sindical e a presença do coordenador geral do Sindsep, Sérgio Goiana, que ressaltou a importância da saúde do trabalhador que, normalmente, fica em segundo plano. "Não adianta lutar por melhores salários se não temos um ambiente saudável", disse na ocasião.

Outubro

Na Funasa, plano de ação para corrigir problemas

Os servidores da Funasa montaram um plano de ação para mostrar a direção do sindicato, e depois a direção do órgão, com o objetivo de buscar uma solução para os problemas identificados. A medida foi resultado de uma oficina de saúde do trabalhador, realizada pela Secretaria de Políticas Públicas do Sindsep-PE.

Dignidade do idoso debatida no Sindsep-PE

Nos dias 17 e 18 de outubro foi realizado o IX Encontro dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep-PE, na sede do sindicato, sobre o tema Organização Sindical para Garantir Direito. Entre os palestrantes, estava o professor e cientista político da UFPE, Michel Zaidan, que lembrou a luta dos movimentos sociais para aprovar o Estatuto do Idoso, que esse ano completou 10 anos. No final do encontro, aposentados e pensionistas aprovaram um plano de lutas. Durante o Encontro, a coordenadora de Articulação do Núcleo de Aposentados e Pensionistas, Ana Estrela, elencou os projetos que tramitam no Congresso Nacional que atingem especificamente os servidores federais aposentados e, por consequência, os pensionistas. O maior destaque ficou com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 555, que anula o artigo da Previdência que obrigava os idosos a continuarem contribuindo com a previdência.

Novembro

Futebol, música e prêmios na festa do servidor

No dia 9 de novembro, o Sindsep-PE realizou uma grande confraternização para comemorar o Dia do Servidor. A festa reuniu mais de mil convidados no Clube dos Bancários, em Aldeia. Entre as atividades da programação estavam um mini-campeonato de futebol. A partida foi entre o Sindsep, formado por funcionários da Funasa, Incra e Sudene, contra o time da Associação dos Servidores do Exército, Marinha e Aeronáutica (Ascema), que ganhou pelo terceiro ano seguido o campeonato. Além de muita música, com show da banda Trepidantes, que tocou sucessos dos anos 1960 e 1970. A festa foi marcada pela homenagem ao ex-diretor do sindicato José Alberto Wanderley (Beto), que faleceu esse ano, e o sorteio de prêmios, distibuídos entre os vencedores, Luis Fabião Pereira, do Ministério da Fazenda, Guiomar Alves da Silva e Luiz Olegário da Silva.

Encontro Internacional da Rede Vida Viva

Entre os dias 22, 23 e 24, em Florianópolis, Santa Catarina, aconteceu o 7° Encontro Internacional de Monitores da Rede Viva Vida, com o objetivo de fortalecer a rede, a partir de experiências da Viva Vida em vários países. O Brasil foi representado pelo Sindsep-PE, por sua experiência inédita de ter formado representantes sindicais de base como monitores da rede. Os diretores da Secretaria de Políticas Públicas do Sindsep, Lindinere Ferreira e Eduardo Garcia, e a representante de base Neide Pereira estavam presentes no evento. No dia 22, Neide apresentou o trabalho realizado pelo sindicato para os outros participantes.

Negociações com o governo

As negociações com o governo sobre demandas específicas dos servidores federais avançaram pouco em novembro. Mesmo assim, ainda foram discutidos três temas: transposição dos servidores do Plano Geral do Poder Executivo (PGPE) da Defesa para o plano de Cargos e Carreira da Tecnologia Militar (PCCTM); planos de autogestão de cargos; e aglutinação de cargos. Nos dias 5, 14 e 20 de novembro, a Condsef reuniu-se com representantes dos governos, mas não houve avanços.

Comissão da Verdade no Sindsep

Acompanhando as investigações da Comissão da Verdade de Pernambuco Dom Hélder Câmera desde sua criação, o Sindsep-PE foi sede de pelo menos três audiências da comissão, no mês de novembro. Com um ano e meio de trabalho, a comissão já investigou mais de 20 dos 51 casos de mortes e desaparecidos durante o período da ditadura no Brasil. A primeira audiência, no dia 6, foi fechada. Já as dos dias 19 e 28 foram abertas ao público e contou com o depoimento do desembargador aposentado Edgar Sobreira de Moura, que foi preso durante o regime militar. “Estamos trabalhando para esclarecer o que ocorreu no Estado nos 21 anos de ditadura, levantando uma série de fatos, por meio de documentos do próprio governo e depoimentos, que contradizem as versões oficiais”.

Geap ressurge das cinzas

Após seis meses de intervenção, em novembro foi instituído um conselho de administração provisória do Geap Saúde. Formado por 6 membros que tem 180 dias para convocar eleições e escolher três membros que representarão dos trabalhadores, e as outras serão do governo. A Geap também foi dividida para dar maior agilidade: Geap Saúde e Geap Previ com estatutos e administrações diferentes. Essas são algumas das medidas para tentar recuperá-lo da crise. O Geap conseguiu sair de déficit de 179 milhões para um superávit de 32 milhões.

Senador tenta restringir direito de greve dos servidores públicos

Em novembro, o Senado Federal colocou em pauta quatro vezes o antiprojeto do senador Romero Jucá (PMDB -RR), que tenta restringir o direito de greve dos servidores públicos. A proposta estabelece que a greve deve ser comunicada com 15 dias de antecedência, sob pena de suspensão dos salários e substituição dos trabalhadores, de acordo com o Decreto 7.777/12, que permite a contratação de temporários e convocação de servidores de outras esferas. A votação só não aconteceu porque a categoria, sempre atenta, fez pressão e o projeto não entrou em pauta. No dia 12, representantes de centrais sindicais participaram de reunião com o senador Romero Jucá, que se dispôs a dialogar. No dia 19, os sindicalistas protocolaram em seu gabinete a mesma proposta que foi entregue ao governo ano passado. Além disso, servidores de todos os estados se reuniram no dia 27 de novembro, em Brasília, para pressionar os parlamentares a rejeitarem o processo.
Em meio à pressão contra o projeto de Romero Jucá, no dia 19 de novembro, em um ato realizado no auditório Nereu Ramos, na Câmera dos Deputados, a CUT e a Condsef lançaram duas campanhas publicitárias. A primeira foi *Negociação Coletiva: se é um direito de todos, por que só o serviço público não tem?* A outra teve como tema *PLP 92: Não deixe aprovar*.

Dezembro

Conselho Universitário aprova adesão do HC/UFPE à Ebserh

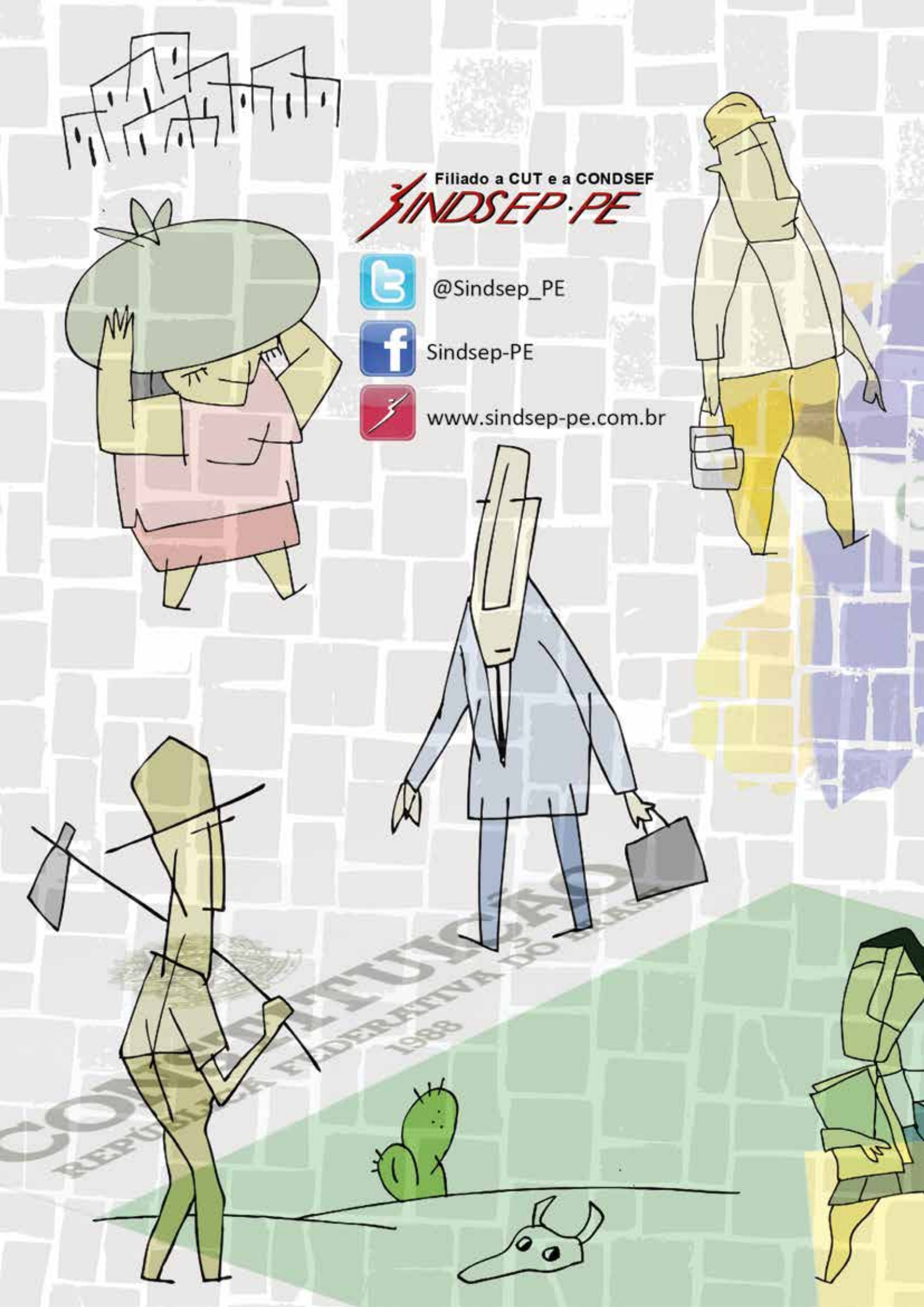
O Conselho Universitário da UFPE aprovou, no dia 2 de dezembro, a adesão do Hospital das Clínicas à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). “Tínhamos que dar uma resposta à sociedade. O HC estava fechando. Essa foi a forma mais ágil e possível no momento”, explica o médico e vice-reitor, Silvio Romero.
A secretária geral do Sindsep-PE e servidora da UFPE, Graça Oliveira, rebate a justificativa e diz que a adesão à Ebserh não é a solução. “Esse novo modelo gerencial obedece a uma lógica capitalista. É perigoso. Não acredito que a autonomia da universidade seja mantida e temo como será daqui para frente o atendimento aos pacientes do SUS”, dispara a sindicalista.
Com a adesão à Ebserh, os novos servidores do HC se submeterão a concursos públicos, mas serão contratados por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Também de acordo com as mudanças de gestão, as licitações serão realizadas de forma diferenciada, proporcionando mais rapidez, por exemplo, para compra de medicamentos, equipamentos e alimentos.
O debate sobre a adesão ou não do HC à Ebserh se arrastava há quase dois anos. Mas quando a adesão foi anunciada, um grupo de cerca de cem pessoas realizou um protesto em frente à Reitoria. É preciso ter cuidado com o que está acontecendo. Existem vidas em jogo e um hospital-escola tem como missão ensino, pesquisa e extensão. Por isso, queremos dar continuidade ao debate para encontrarmos o melhor caminho para o Hospital das Clínicas, que é um patrimônio público e deve estar a serviço da sociedade”, conclui Graça Oliveira.

Sindsep debate perspectivas políticas e econômicas para 2014

Para fazer uma análise da situação política e econômica do país e uma projeção desses cenários para o ano que vem, o Sindsep-PE realizou um debate, no dia 2 de dezembro, com a presença do cientista político, Túlio Velho Barreto, da economista do Dieese, Jackeline Natal, e do secretário geral da CUT nacional, Sérgio Nobre. O evento contou com a presença de sindicalistas de outros ramos, de servidores da base e demais convidados.
Túlio Velho Barreto fez uma análise das manifestações ocorridas em junho deste ano. Para ele, a geração que encabeçou o movimento “ formada em sua maioria por jovens e adolescentes” só tem como referencial o governo Lula. Ele acredita que em 2014, por causa da Copa, esses acontecimentos de rua devem intensificar-se e deixar as eleições gerais de outubro ainda mais imprevisíveis.
Durante a sua exposição, Jackeline Natal lançou vários questionamentos sobre a crise financeira mundial. Para ela, a economia brasileira está no caminho certo, a inflação se manteve baixa e as taxas de juros caíram, diminuindo os ganhos do capital. Por isso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a mídia estão pressionando para aumentar as taxas de juros e, consequentemente, o lucro do sistema financeiro. Sérgio Nobre, por sua vez, aponta vários desafios para 2014. Entre eles, controlar o judiciário, democratizar a comunicação, dialogar ainda mais com a juventude e manter o atual projeto de governo.

Concondsef aprovara o plano de lutas para 2014

Reunidos no XI Congresso Nacional da Condsef (Concondsef), que aconteceu entre os dias 11 e 15 de dezembro, no município de Beberibe, Ceará, representantes dos servidores públicos federais de todo o Brasil aprovaram o plano de lutas para 2014, com indicativo de greve para o mês de março. Com o tema Para Defender Direitos é Preciso se Manter Livre, o evento também foi responsável pela eleição do servidor da Funasa, Sérgio Ronaldo, como secretário geral da Condsef.
Depois de debaterem diversas teses, com temas ligados às conjunturas nacional e internacional, organização sindical, plano de lutas e pauta de reivindicações, os cerca de 1,8 mil delegados apontaram três pontos prioritários para a Campanha Salarial 2014: a regulamentação da negociação coletiva no setor público; extensão do reajuste das carreiras transversais (Lei 12.277) aos servidores de todos níveis; e antecipação do reajuste de 2015 para 2014.
O coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, participou da comissão eleitoral e explica que o sindicato permanece com assento na entidade nacional. “Como nas gestões anterores, Pernambuco estará bem representado na direção nacional da Condsef”, afirma o sindicalista. No entanto, os nomes ainda não estão definidos, mas Goiana garante que em breve serão divulgados.
“Vamos discutir com o grupo e chegar a um consenso, num processo democrático, como sempre temos feito”, explica o coordenador geral.


Filiado a CUT e a CONDSEF
SINDSEP·PE
@Sindsep_PE
Sindsep-PE
www.sindsep-pe.com.br
CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988